

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 6 de fevereiro de 2024 - Ata n.º 2.

Aos seis dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.ºs Deputados **Tercílio Turini** (na função de 1.º Secretário) e **Maria Victória** (2.ª Secretária), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **2.ª Sessão Ordinária da 2.ª Sessão Legislativa da 20.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta terça-feira. Solicito à Deputada Maria Victoria que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR.ª 2.ª SECRETÁRIA (Deputada Maria Victoria - PP): (Procedeu à leitura da Ata da 1.ª Sessão Ordinária, de 5 de fevereiro de 2024). É o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada**. (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.ºs Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o Deputado Tercilio Turini se há Expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Tercilio Turini – PSD): Sim, Sr. Presidente.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos recebidos pela Assembleia, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 1218/2023** do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, encaminhando Anteprojeto de Lei (**autuado sob o n.º 41/2024**) que transforma um cargo em

comissão do quadro de pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná em uma gratificação de função e altera a Lei n.º 17.423, de dezembro de 2012; **Ofício n.º 1219/2023** do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, encaminhando Anteprojeto de Lei Complementar (**autuado sob o n.º 1/2024**) que altera dispositivos da Lei Complementar n.º 113, de 15 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e modifica a denominação do cargo de auditor para conselheiro substituto; **Ofício n.º 1230/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a restituição do Projeto de Lei n.º 264/2022; **Ofício n.º 1231/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 941/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.798; **Ofício n.º 1232/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 945/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.800; **Ofício n.º 1233/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 943/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.807; **Ofício n.º 1235/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 912/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.799; **Ofício n.º 1236/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 913/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.805; **Ofício n.º 1237/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 914/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.803; **Ofício n.º 1239/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 942/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.809; **Ofício n.º 1242/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 915/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.802; **Ofício n.º 1243/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 944/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.810; **Ofício n.º 1244/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 959/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.801; **Ofício n.º 1246/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 50/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.827; **Ofício n.º 1251/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 823/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.823; **Ofício n.º 1252/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei

n.º 415/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.820; **Ofício n.º 1253/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 233/2022, que foi convertido na Lei n.º 21.817; **Ofício n.º 1254/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 331/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.818; **Ofício n.º 1255/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 571/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.816; **Ofício n.º 1256/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 654/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.821; **Ofício n.º 1257/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 851/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.814; **Ofício n.º 1258/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 733/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.812; **Ofício n.º 1259/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 642/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.813; **Ofício n.º 1260/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 729/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.822; **Ofício n.º 1261/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 904/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.815; **Ofício n.º 1262/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 850/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.828; **Ofício n.º 1263/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 274/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.819; **Ofício n.º 1264/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 627/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.824; **Ofício n.º 1265/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 813/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.825; **Ofício n.º 1266/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 822/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.811; **Ofício n.º 1267/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 644/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.826; **Ofício n.º 1268/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 988/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.829; **Ofício n.º 2121/2023** do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, encaminhando Anteprojeto de Lei (**autuado sob o n.º**

42/2024) que altera a Lei n.º 16.024, de 19 de dezembro de 2008, que estabelece regime jurídico dos funcionários do poder judiciário do Estado do Paraná, para dispor sobre a duração da licença à gestante em caso de feto natimorto; **Ofício n.º 18/2024** da Defensoria Pública do Estado do Paraná, encaminhando Anteprojeto de Lei Complementar (**autuado sob o n.º 2/2024**) que altera a Lei Complementar Estadual n.º 136, de 2011, e a Lei n.º 19.983, de 2019; **Ofício n.º 103/2024** do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, encaminhando solicitação de retificação de erro material constante na Lei n.º 20.998, de 2022; **Ofício n.º 31/2024** do Governador do Estado, comunicando que vetou o Projeto de Lei n.º 319/2022 (**Veto autuado sob o n.º 1/2024**); **Ofício n.º 52/2024** da Secretaria da Presidência da Assembleia Legislativa, informando a realização de Audiência Pública no dia 27 de fevereiro de 2024, às 14h30, para prestação dos dados relativos ao cumprimento das metas fiscais do 3.º quadrimestre de 2023 pela Secretaria da Fazenda; **Ofício n.º 64/2024** do Governador do Estado do Paraná Carlos Massa Ratinho Junior, comunicando o afastamento do País, para realização de compromissos pertinentes à agenda governamental, com destino a Nebraska, EUA, entre os dias 18 a 23 de fevereiro.

Mensagens: (Encaminhadas à Diretoria Legislativa para providências.)

Mensagem n.º 271/2023 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Anteprojeto de Lei Complementar (**autuado sob o n.º 3/2024**) que altera a Lei Complementar n.º 26, de 30 de setembro de 1985, a Lei n.º 14.234, de 26 de dezembro de 2003, e dá outras providências; **Mensagem n.º 1/2024** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Anteprojeto de Lei (**autuado sob o n.º 43/2024**) que autoriza a celebração de parcerias entre instituições Públicas e Privadas em prol da qualidade de ensino; **Mensagem n.º 2/2024** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Anteprojeto de Lei (**autuado sob o n.º 44/2024**) que Institui o Programa Nossa Infância Paraná.

Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença na Casa do Vereador de Campina Grande do Sul, Sr. Serginho, acompanhado do seu filho Pedro Cavagni, por solicitação do Deputado Tito. Com a palavra o Deputado Fabio Oliveira.

DEPUTADO FABIO OLIVEIRA (PODE): Senhor Presidente, boa tarde. Boa tarde aos Ex.^{mos} colegas da Mesa. Boa tarde aos Ex.^{mos} colegas que fazem parte do Plenário, profissionais da imprensa e colegas também que são funcionários desta Casa. Senhor Presidente, os paranaenses continuam incomodados com o que está acontecendo nesta Casa de Leis. Como demonstrou ontem à noite a RPC, as provas de corrupção presentes no acordo de não persecução penal formalizado entre o Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná e também o Ex-Deputado Estadual Plauto Miró e o Ministério Público voltaram absurdamente a ficar sob sigilo. A decisão do Desembargador Luiz Mateus de Lima atende ao pedido das defesas do Deputado Traiano e também do Ex-Deputado Plauto Miró Guimarães. Aqui gostaria de deixar uma pergunta: O que tanto tem nessas provas, que os senhores fazem de tudo para impedir que nós, paranaenses, tenhamos conhecimento e acesso a elas? O que tanto tem a se esconder? Começamos o segundo ano da Legislatura carregando um problema grave que vem do ano anterior, e isso como se nada tivesse acontecido. No final de 2023, pouco depois de vir à tona o escândalo de corrupção envolvendo o Presidente do nosso Legislativo, o Jornal *Gazeta do Povo* fez uma pesquisa, onde a população participou massivamente, com o seguinte questionamento: *Ademar Traiano deve continuar sendo Presidente da Alep, mesmo após ter admitido recebimento de propina?* O número que respondeu a essa pesquisa, e o que mais me chamou a atenção foi que, de uma maneira gigante, 96% das pessoas disseram: *Não, não queremos que Ademar Traiano continue sendo Presidente da Alep.* Enquanto me reúno com diferentes representantes de diversos setores de todo o Estado paranaense, também sou informado nessas conversas sobre o desconforto dessas categorias em relação à permanência do Presidente desta Casa. Vou lembrar rapidamente o que leva a essa rejeição, a essa imensa rejeição. O Deputado Traiano, Presidente pelo quinto mandato consecutivo, e o Ex-Deputado

Plauto Miró Guimarães confessaram o envolvimento em atividades ilícitas relacionadas ao recebimento de propina do empresário Vicente Malucelli, que tinha a licitação para produzir a *TV Assembleia*, segundo o Portal G1. O Ministério Público do Paraná divulgou que os acordos para evitar processos implicam na devolução de em torno de R\$ 743 mil aos cofres públicos. Quando os fatos vieram à tona, em dezembro de 2023, rapidamente, o Presidente Traiano conseguiu uma liminar censurando os veículos de comunicação de informarem sobre o processo que corria em sigilo. Mais uma vez pergunto: O que tanto tem nessas provas? Por que recorrer à censura e ao sigilo? Por que tanto receio, tanto medo da imprensa e da população paranaense, quando eles tiverem acesso ao conteúdo e às provas desse processo? Independente do que ouvimos nos áudios ou lemos nas provas e nos anexos desse processo, já sabemos que houve confissão de corrupção. Por isso, só por isso já é o suficiente para não deixarmos esta Casa de Leis perder a sua credibilidade e a sua reputação perante a sociedade paranaense. Por um motivo ético e moral, subo novamente a esta tribuna, iniciando o nosso ano legislativo da mesma forma que encerramos em 2023: Senhor Presidente, peço que renuncie à Presidência da Assembleia Legislativa do Paraná. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Com a palavra o Deputado Renato Freitas.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Eu acredito no ser humano, na capacidade que tem o ser humano de se transformar, de reconhecer os erros, de repará-los e de vir a ser uma nova pessoa. Eu não vivo atrás de julgamentos, com pedras nos bolsos, linchando a todos para esconder os meus próprios erros. Não! Eu acredito no ser humano, porque acredito que a vida é sagrada. Aqueles que não acreditam na vida e no ser humano tendem a pedir a pena de morte para aqueles que erram; e o fazem acreditando que nunca erraram, porque a pena de morte é sempre para o outro, para os erros do outro, não para os nossos próprios erros, o que demonstra o caráter hipócrita dos julgadores de plantão, que se manifestam cada vez mais e se multiplicam nas redes sociais. Todos tiveram acesso à palavra, à opinião e o que fizeram? Julgaram, discriminaram, violentaram. Recentemente,

veio a público uma denúncia gravíssima, a de que no Complexo Médico Penal do Paraná, situado ali em Pinhais, pessoas estavam sendo torturadas, largadas, abandonadas sem tratamento, pessoas em cadeira de roda, pessoas com doenças graves, que cometeram crimes menores do que muitos dos Deputados que estão aqui, muitos Deputados que não experimentaram sequer um dia de cadeia. Não digo só dos casos que vieram à tona e à luz, digo sobretudo dos casos escondidos nos corredores da hipocrisia, onde se julga o próximo e não vê a si próprio os seus erros. Pessoas que não estão dispostas a mudar nem a si próprias e nem a sociedade em que vivem, porque não acreditam mais no ser humano. Elegeram um presidente que disse que bandido bom é bandido morto, como se falasse acima do bem e do mal e nunca tivesse errado, rasgando as boas novas que Cristo nos trouxe quando disse que o arrependimento era suficiente. *“Vá e não peques mais. Mude, acredite na sua vida”*. Acredito, inclusive, na vida de pessoas aqui que respondem a processos gravíssimos, como é o caso do Deputado Ricardo Arruda. Acredito! Acredito no Presidente desta Casa, Ademar Traiano, que se um dia ressarcindo o prejuízo que causou, o ato que cometeu, pode sim - e por que não - ser outra pessoa e construir uma outra política. Aqueles que não acreditam no ser humano, que não têm o seu próximo como amigo é sete vezes maldito, e aquele que faz do seu próximo um inimigo, como muitos daqui fazem de mim um inimigo por falar a verdade, é 70 vezes maldito. O crime do próximo também é de nossa responsabilidade, quando nos afundamos na competição, no individualismo, na lei, na corrida de ratos, na lei de todos contra todos. Não quero surfar em uma onda de apedrejamento, sem antes dizer que corrupta de verdade é a instituição política, quando permite que o fundo eleitoral seja distribuído desigualmente entre os candidatos. Corrupta é a instituição quando faz do Complexo Médico Penal o inferno e... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado, um minuto para concluir.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): O Complexo Médico Penal, que faz com que os criminosos de vila, do tráfico de varejo, do furto de celular sejam apenados com a tortura e com a morte. Por outro lado, os presos aqui, Bibinho, os presos da

Lava Jato, ou o Erik Buseti, aquele Delegado da Polícia Civil que matou a própria mulher e a enteada, uma criança negra, uma criança, ele assassinou friamente, e estava acessando o celular e acessando o sistema de informações do Governo do Estado do Paraná. Nunca ouvi uma palavra do Ratinho Júnior. As instituições estão apodrecidas e requerem um olhar de sensibilidade e de conscientização política da população. Ninguém precisa ser bode expiatório, a nossa crítica é radical, vai à raiz dos problemas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Com a palavra o Deputado Delegado Tito Barichello.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELO (UNIÃO): Quero inicialmente cumprimentar o Ex.^{mo} Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; cumprimento o Líder do Governo, o Líder da Oposição, os meus Pares, dignos representantes da população paranaense; cumprimento a imprensa que nos assiste; cumprimento você, cidadão de bem, cidadão honesto que nos assiste através da *TV Assembleia*; cumprimento também e menciono a presença do Vereador de Campina Grande do Sul, Serginho Cavagni, que se encontra aqui, e o seu filho Pedro, que estiveram no meu gabinete, que fazem um trabalho excepcional naquela Comarca. Senhores, trato de um assunto bastante importante para o Estado do Paraná e para Curitiba. Juntamente com o Deputado Alexandre, propusemos um Projeto de Lei que será apresentado hoje nesta Casa. Este Projeto de Lei é a semente, a gênese de uma mudança necessária no enfrentamento à criminalidade, diz respeito, sim, à segurança pública também. Neste Projeto de Lei buscamos fazer aquilo que o Direito Penal não faz, porque não somos competentes para legislar sobre Direito Penal, consoante art. 22, inciso I da Constituição Federal, mas somos, sim, competentes para legislar em questões de cunho administrativo. E alguém me pergunta: *Mas o que a segurança pública tem a ver com questões de cunho administrativo?* Tem e muito, Sr. Presidente. Nós temos a cidade hoje, infelizmente, tomada de maconheiros, de pessoas que usam drogas em locais públicos, praças públicas, Deputado Arruda, logradouros públicos, na rua, no passeio, em todos os lugares. Lembro, fiz Direito na Federal na década de 80, aqui na Santos Andrade, lembro o que era o Largo

da Ordem: um local de família no passado, onde as pessoas iam para o entretenimento. Hoje, senhores, os maconheiros tomaram conta dos bares, de boa parte dos bares do Largo da Ordem. Lembro do Bar do Alemão, lembro do submarino que tomávamos lá. Hoje, infelizmente, a droga faz parte da sociedade. E o que nós podemos fazer em relação a essa questão, senhores? Podemos punir administrativamente, isso sim. Podemos punir penalmente? Não, infelizmente não; mas podemos punir administrativamente, com multa pecuniária. O nosso Projeto de Lei tem como escopo punir aquele que utilizar drogas ilícitas em áreas públicas. O Direito Administrativo, digo a você até como professor de Direito Penal, é muito mais eficaz do que o Direito Penal. Por quê? Porque o Direito Penal está regrado por um conjunto de princípios, ainda mais no Brasil, que temos o Supremo Tribunal Federal, que diz que sem a benção deles, sem as quatro instâncias nada será materializado. Então, podemos punir administrativamente os maconheiros na rua. Obviamente o Sr. Renato Freitas está ali gesticulando, porque ele *puxou* a marcha da maconha há um tempo atrás, quando eu a assisti e fiz uma *live* de um hotel tradicional aqui de Curitiba. Nesse mesmo dia, enquanto o Deputado *puxava* a marcha da maconha, muitas pessoas utilizavam a *cannabis ativa*, enfrentando o sistema jurídico, porque diz que é crime, art. 28 da Lei n.º 11.343. Se tivéssemos o condão de punir administrativamente, Sr. Presidente, aqueles filmes que fiz, e obviamente que o Direito Administrativo não pode retroagir, Deputada Mara Lima, aquele filme que fiz dos maconheiros utilizando a *cannabis ativa*, serviria para a inscrição em Dívida Ativa. E às vezes o Direito Administrativo, como eu disse, é mais eficaz do que o Direito Penal, inscreve em Dívida Ativa, executa e pronto. Vamos punir os maconheiros, vamos punir aqueles que usam drogas em espaços públicos. Curitiba está tomada pelos maconheiros e usuários de drogas. E o que nós fazemos? E o que nós podemos fazer? Nós não temos medo. A Cracolândia está tomando conta de Curitiba. Se vocês andarem nas ruas do centro, vão verificar à noite inúmeras pessoas, moradores de rua utilizando drogas. Quando o FAS oferece pernoite, quando o FAS oferece, Deputada, oferece um jantar, quando o FAS oferece o banho, e não querem eles estarem lá. Por quê? Porque querem continuar traficando e usando drogas na rua.

Eu não tenho medo de dizer a verdade, Deputado Renato Freitas... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Tito, um minuto para concluir.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELO (UNIÃO): Com o discurso da complexidade de direitos humanos está se destruindo a nossa Curitiba. Conversem com os proprietários de imóveis no centro de Curitiba, saiam um dia à tarde e batam nas portas dos lojistas, vocês vão ver o desespero no rosto dessas pessoas, porque o comércio deles está indo à bancarrota. Moradores de rua estão ali usando drogas, defecando, urinando, e como fica a sociedade? Nós queremos uma Cracolândia ou não queremos? Eu não quero uma Cracolândia em Curitiba. E o que nós vamos fazer a esse respeito? A responsabilidade, senhores, é nossa, a responsabilidade é de toda a sociedade, é da Câmara de Vereadores, os Vereadores, é dos Deputados Estaduais, dos Deputados Federais e Senadores. Não vou cruzar os braços, Sr. Presidente, inclusive vou a São Paulo agora, já tenho... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Tito, por favor, conclua.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELO (UNIÃO): Já tenho uma reunião marcada para verificarmos o problema da Cracolândia em São Paulo e buscarmos medidas para que Curitiba não seja tomada pela Cracolândia. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próximo orador, Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Muito boa tarde a todos Deputados, Deputadas, cidadãos paranaenses que acompanham esta nossa primeira Sessão de fato deste período legislativo. Senhoras e senhores, o Carnaval é cultura, o Carnaval é arte, o Carnaval é alegria, o Carnaval é economia, mas esse não parece ser o entendimento da Prefeitura de Curitiba. Mais uma vez, hoje, fomos surpreendidos com uma notícia de que um bar, Deputado Ney Leprevost, aqui do Centro da cidade, foi proibido de realizar as festividades de Carnaval, o grito de Carnaval do

Bar Ao Distinto Cavalheiro. Nós temos observado com muita preocupação a maneira pela qual a Prefeitura de Curitiba está tratando os ambulantes, os trabalhadores que querem ganhar o pão do dia a dia, Deputada Cloara, mas são impedidos por ações violentas e truculentas, e com falta de democracia e participação. Hoje estivemos, junto com o Vereador Angelo Vanhoni e assessorias de demais Vereadores e Vereadoras da Capital, junto com o Procurador-Geral do Estado, Procurador Giacoia, junto com o Dr. Olympio, junto com a Promotoria do Dr. Odoné, para discutir essa questão. Em 2020, graças a uma recomendação do Ministério Público, os trabalhadores ambulantes foram autorizados a trabalhar no Carnaval de Curitiba. Nós esperamos que essa recomendação, agora em 2024, saia novamente e que os trabalhadores que querem trabalhar honestamente possam fazer isso com o apoio da Prefeitura, com a Prefeitura de Curitiba trabalhando a favor deles, apoiando, e não reprimindo, como é o que está acontecendo. Nós, neste espírito de celebração do Carnaval, de tudo o que ele representa, faremos amanhã uma grande Sessão Solene aqui neste Plenário em homenagem a um grande Bloco aqui de Curitiba, o *Garibaldi e Sacis*. Será uma sessão às 18 horas. O Carnaval vai entrar aqui na Assembleia Legislativa do Paraná para homenagear os 25 anos do *Garibaldi e Sacis*. Então, Deputados e Deputadas, queremos que as Prefeituras, que o Poder Público, entendam que existe um potencial de economia na cultura, na arte, na expressão popular, da cultura popular e o Carnaval nada mais é do que isso. Então, mais do que trabalhar contra o Carnaval, mais do que trabalhar contra os trabalhadores ambulantes, a Prefeitura de Curitiba e todo o poder público deve trabalhar a favor, trazer da informalidade para formalidade, dar o apoio para que essas famílias se regularizem e possam exercer o seu trabalho com dignidade. Nessa recomendação de 2020, que esperamos que também seja reeditada nos próximos dias, também há um ponto muito importante que fala da observância em qualquer fiscalização realizada em face das aludidas atividades, observância dos direitos humanos e fundamentais com proporcionalidade e razoabilidade, sem abuso de autoridade ou excessos. Segundo ponto: que os fiscais municipais e agentes da Guarda Municipal se abstenham de realizar abordagens agressivas e violentas

aos vendedores ambulantes de modo geral, valendo-se, se necessário, apenas do legítimo e proporcional apoio dos agentes policiais dentro do estrito e legítimo desempenho do dever legal. Então, quero aqui, mais uma vez, publicamente, cobrarmos, esta Casa cobrar que o Prefeito de Curitiba, que a Prefeitura de Curitiba trabalhe, como eu disse, a favor do Carnaval, a favor dos ambulantes, e que possamos ter um Carnaval de alegria, um Carnaval de renda, de economia e um carnaval de celebrações. E amanhã, senhoras e senhores, viva o Garibaldi e Sacis aqui na Assembleia Legislativa do Paraná. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Com a palavra a Deputada Mabel Canto.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Boa tarde, Deputadas. Boa tarde, Deputados. Quero ser muito rápida hoje aqui nesta tribuna e fazer apenas quatro perguntas. Três licitações do DER suspensas pelo Tribunal de Contas do Estado. Quem é o responsável? O caos nas rodovias que continua. Setor produtivo incomodado, os usuários tendo que ficar horas e horas nas estradas. Quem é o responsável? Outra pergunta. Uma roda gigante de R\$ 2 milhões. De quem é essa roda gigante? E por fim a minha última pergunta. Um assessor, cargo em comissão, exonerado na última semana de uma Secretaria de Estado, envolvido no escândalo do Gaeco em Ponta Grossa. Quais são os próximos desdobramentos? Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próxima oradora, Deputada Luciana Rafagnin. Registro a presença na Casa do sempre Deputado Jocelito. Seja bem-vindo a nossa Casa.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas. Estamos iniciando o ano de 2024, os trabalhos nesta Casa e início, nesta tarde, com uma grande preocupação, a qual já o fiz alguns pronunciamentos no ano passado e volto a fazer este pronunciamento, de trazer aqui esta preocupação que estamos tendo com relação à educação no campo. Estamos vendo que no Estado do Paraná temos muitas escolas do campo que estão sendo ameaçadas de fechamento. E aqui gostaria muito de pedir ao Líder

Governo que, realmente, Deputado Hussein, que não deixasse acontecer o fechamento das escolas do campo. No final do ano passado, tivemos duas escolas no município de Pranchita: a Escola Barão do Rio Branco e a Escola Esquina Gaúcha. Mas não é só isso, não é só o fechamento dessas duas, 17 estão sendo ameaçadas no total, são 17 que estão sendo ameaçadas ou de fechamento de turma ou de fechamento de turno ou então da transformação para multisseriada. É difícil de pensarmos que essas escolas não existirão mais. Isso vai dificultar muito, Deputado Renato, para que os jovens continuem estudando. Vai dificultar o acesso desses jovens à escola. Vai dificultar também, Deputada Cloara, para eles terem um acesso mais facilitado em outras escolas, vão percorrer quilômetros e vão ter que ficar muitas horas dentro dos ônibus para poder chegar em uma escola que não tem sua identificação, porque ele mora no campo e a escola do campo trabalha sua realidade. E é por isso que estamos aqui, de uma maneira bem especial, trazendo novamente essa preocupação. Queremos a permanência das escolas no campo. Queremos que os alunos que hoje têm condições de poder continuar estudando continuem nas escolas que os representa. Então, por isso queremos aqui fazer esse pedido especial que o Governo do Paraná, o Governador do Paraná Ratinho Júnior não faça mais o fechamento das escolas, que reveja a sua posição, o seu ato pelo fechamento das escolas que foram realizadas até o final do ano passado e que possamos, neste ano, ver o Paraná com as escolas em pleno funcionamento e fazendo com que os alunos tenham condições. Deputado Renato, pode ter certeza, muitos são os jovens que vão parar de estudar se não terem mais as condições de poder estudar na sua comunidade e, também, de acordo com a sua realidade de vida. Também, Sr. Presidente, além dessa preocupação, queria dizer que no dia de ontem estivemos em Cascavel, na 36.^a edição do Show Rural de Coopavel. Claro que é um evento grandioso. E nesse evento, no dia de ontem, esteve presente o Ministro Paulo Teixeira, Ministro de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, o qual trouxe boas notícias para o Estado do Paraná, de uma maneira especial ele assinou um acordo de cooperação técnica entre a Itaipu e o Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar para expansão da agricultura

familiar no Paraná. Com isso, com certeza, vai aumentar a produção agroecológica, porque terá esse apoio. Essa cooperação ou esse acordo assinado, com essa cooperação técnica, visa buscar a recuperação do meio ambiente, recuperar áreas de proteção ambiental e de matas ciliares. Um dos acordos assinados, e esse acordo de fortalecimento da agricultura familiar, prevê também o estímulo à produção de plantas medicinais. Isso é muito importante. É um trabalho que o Ministério visa junto com a Itaipu fortalecer aqui no nosso Estado. E também outro acordo assinado, seja uma carta de interesse entre Itaipu Binacional, a Conab e o Ministério de Desenvolvimento Agrário, prevê a modernização dos armazéns da Conab no Estado do Paraná e Mato Grosso do Sul. No Paraná, a modernização do armazém, ou seja, o armazém da Conab que prevê essas mudanças... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputada Luciana, um minuto para concluir.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Para concluir, Sr. Presidente. O armazém que está escolhido no Estado do Paraná para essas mudanças é a unidade de Ponta Grossa, Deputada Mabel. Então, terá o armazém da Conab lá, vai passar por algumas mudanças, e objetiva o fortalecimento dos armazéns, dando condições para que eles possam, realmente, receber toda a produção dos agricultores, da agricultura familiar, das cooperativas da agricultura familiar e com isso garantir um preço que, realmente, seja bom para todos os agricultores e agricultoras, um preço que, realmente, seja favorável também ao custo da produção que o agricultor tem, que venha, realmente, fortalecer a agricultura familiar, que o agricultor não se obrigue a vender por um preço mais baixo do que foi o custo da sua produção. E com isso garantir também alimentação, principalmente às famílias que estão em situação de vulnerabilidade. Então, esse é o objetivo: fortalecer... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, Deputada.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Agradeço. Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Sr.^s Deputados e Deputadas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próxima oradora, Deputada Flávia Francischini.

DEPUTADA FLÁVIA FRANCISCHINI (UNIÃO): Boa tarde, colegas Deputados, servidores desta Casa, internautas que nos acompanham pelas redes sociais. Estou extremamente feliz por estar aqui no Plenário, mais um ano, na nossa segunda sessão de 2024, retomando nossas atividades oficialmente. Sou muito grata por representar o povo paranaense, uma responsabilidade que levo com seriedade e com muito compromisso. É uma honra iniciar mais um ano para dar continuidade a essa missão. E nesse novo período legislativo, Presidente, continuarei percorrendo cada canto do nosso Paraná em busca de benefícios e soluções para as necessidades da nossa população – que são muitas. Como todos sabem, meu gabinete está de portas abertas para ouvir as demandas e sugestões de todos os cidadãos. Assim como as comissões que presido, como a de Redação ou as que faço parte: a Comissão de Redação, a Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Pessoa com Deficiência, a Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Defesa dos Direitos da mulher. Como muito sabem, também, sou mãe de um adolescente autista e desde seu nascimento a minha luta pela inclusão, respeito e direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista, deficiências e síndromes é uma bandeira que carrego com muita força e muita garra, inclusive fiquei bastante honrada e tenho o prazer a a honra de contar que recebi semana passada, inclusive encontrei o Deputado Lemos, em Brasília, recebi um reconhecimento. Fiquei honrada em receber uma homenagem na primeira plenária nacional do Partido Agir, em Brasília. Recebi inclusive das mãos da Berenice Piana. Esse reconhecimento é um reflexo do trabalho que venho realizando aqui no Paraná como mãe de um “Anjo Azul”, que há 13 anos busca conhecimento, diagnósticos, tratamentos, atendimentos específicos, e soluções para ajudar milhares de famílias que clamam por um simples olhar. Por isso, não posso deixar de mencionar - e aqui fico muito triste - um certo descaso em relação ao Código do Autismo aqui na Assembleia Legislativa do Paraná. Infelizmente, até agora não houve avanço algum – e todos sabem disso, não é escuridão para ninguém, todo mundo sabe

disso. No ano que passou não tivemos sequer cinco reuniões, quem dirá aprovação de leis. Por conta disso, por conta desse código, tivemos todas os nossos Projetos de Leis e não só os meus, apresentei quase 15 Projetos de Leis, mas todos os Deputados que apresentaram projetos relacionados ao autismo foram barrados pela CCJ e por todas as comissões, porque tivemos que esperar por essa comissão, à qual eu faço parte inclusive. Sem contar, inclusive, que a reunião que foi realizada para a escolha da comissão da comissão, à qual eu também faço parte, e que me dispus a ser relatora ou presidente, aconteceu aqui, nesta sala, Presidente. Não sei se é da sua ciência. E pela primeira vez, pelo ano inteiro que também participei de todas as comissões e de todas as reuniões, inclusive ali no aquário todos os assessores ali de todos os Deputados, pela primeira vez foi realizada a portas fechadas. Ali ninguém da comunicação, de nenhuma assessoria, inclusive de nenhum Deputado, ali qualquer assessor pode me desmentir agora. Ninguém participou da escolha nem do Presidente e nem do Relator. É mentira minha? Todos foram colocados para fora. O senhor sabe disso, Presidente? Presidente Traiano, o senhor tomou conhecimento disso? Nenhum! O dia que teve a escolha do Presidente e do Relator desta comissão, da Comissão do Autismo, nenhum, ninguém da comunicação inclusive da Assembleia Legislativa teve conhecimento. E pelo art. 83 do Regimento desta Casa de Leis, nenhuma reunião pode ser feita a portas fechadas, e foi fechada. Não houve ninguém. Só a comissão ficou fechada - art. 83 do Regimento Interno desta Casa de Leis -, ficou fechada. Eu poderia ter pedido, inclusive, para que fosse anulada essa reunião. Enfim, sem assessores de imprensa, sem o conhecimento de ninguém. Em resposta aos meus eleitores estou aqui hoje, mais uma vez, não mais pedindo para que fosse Relatora ou Presidente, porque eu queria muito – não para meu ego porque não sou candidata a Prefeita. Ok, gente? Não sou candidata a nada! Sou mãe de uma criança autista e sou a voz de muitos pais e muitas mães que ficaram, o ano passado inteiro, esperando por Projetos de Lei para serem aprovados, porque eles não têm diagnóstico e eles não podem começar o tratamento. E eles esperaram o ano inteiro e, muitas vezes, eles não precisam de leis novas - e eu repeti aqui no Plenário, várias vezes, que não

precisamos mais de leis novas. Muitas vezes, as leis que esses pais precisam já estão lá na Berenice Piana. Estamos brigando, às vezes, por leis novas... Não estou dizendo que não precisamos desse Código do Autismo, pode até ser que esse código venha para abrilhantar mais e nos ajudar com outras leis, mas, muitas vezes, o que esses pais estão sofrendo no interior, nós já temos, mas, simplesmente, porque esse código está para ser aprovado ou está ainda para nascer e esses pais estão aqui ansiosos. Pelo simples fato de que tudo ficou parado por um ano, esses pais estão sofrendo por um ano. Então peço, Presidente, para que o senhor, por favor, faça com que essa Comissão, por favor, porque em um ano não tivemos nem cinco encontros dessa Comissão. Isso é um absurdo! São pais, são mães que estão aguardando. Em 399 municípios eles estão aguardando, às vezes, só por um diagnóstico. E com esse diagnóstico eles podem começar fisioterapia, fonoaudiologia, terapia. Eles podem ter profissionais de apoio em sala de aula. Muitos foram reprovados porque não foram assistidos em sala de aula - e isso é sério – são vidas, são crianças! Não quero depois ser chamada de uma Deputada que é a voz de crianças e de famílias e que não fez nada. E eu falei várias vezes aqui dentro. Enfim, espero que o Código do Autista seja finalmente efetivado este ano, mas não é no final do ano, é no máximo até abril quando temos a Semana da Conscientização. No máximo! Quantos Deputados temos aqui? Bem os trabalhos devem acontecer rapidamente – é o que espero – pois, pais, mães e famílias anseiam por esse trabalho. Não podemos permitir que mais uma oportunidade se perca no caminho. E mais: como disse, não sou candidata a nada, sou mãe de uma criança autista. Bazana, sei exatamente o que acontece dentro de Casa. De repente, por eu não ser candidata possa até trabalhar muito mais do quem está dentro da minha Comissão e que é, e que nunca falou em autismo aqui dentro, enfim. A defesa da segurança do cidadão de bem também é uma prioridade do meu mandato. O sangue da Polícia Federal ainda percorre muito nas minhas veias, e eu não admito que ladrões de celular sejam tratados como reis; que abusadores, agressores, estupradores sejam soltos em suas saidinhas. Podem contar comigo também nessa questão da segurança. Além disso, reforço meu compromisso com os valores e princípios da

direita, da família, da defesa das mulheres e dos cidadãos de bem. Vamos seguir juntos mais uma vez em direção à construção de um Paraná ainda melhor, e, podem ter certeza que todas às vezes que cutucarem ou que deixarem de defender os direitos do autista vou estar aqui muito brava e brigando por eles. Conto com o apoio de todos vocês, colegas Deputados, para juntos trabalharmos em prol de um Estado muito mais justo, seguro e inclusivo. Que este seja um ano de conquistas e avanços para todos. Muito obrigada pelo apoio e confiança, e que Deus abençoe o caminho de todos vocês. Obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próximo orador, Deputado Arilson Chiorato.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente Traiano, Deputados e Deputadas. Primeiro, um feliz 2024 para todos nós, para o povo do Paraná que precisa de notícias positivas. O tema que me traz aqui hoje é para falar sobre a Copel, a Companhia que era do povo paranaense e que agora pertence ao povo da B3, da Bolsa de Valores. Em 29 de março de 2023 eu fiz uma denúncia aqui em Plenário sobre uma dívida bilionária e uma manipulação de balanços e demonstrativos financeiros da Copel. Em 5 de abril, a Copel, após denúncias feitas por minha pessoa, fez alterações em suas demonstrações financeiras para o Governo Federal, com uma nota de rodapé, e tinha uma diferença que a Copel emitiu entre o valor de condenação e o que a Copel tinha reservado para pagar. Denunciamos a ilegalidade na CVM – Comissão de Valores Mobiliários, e no Tribunal de Contas. Em 14 de junho de 2023, o jornal *O Estadão* publicou a matéria: *Copel tenta na justiça anulação de sentença arbitral que impôs dívida bilionária de 3,2 bilhões*. Em 25 de janeiro de 2024, acordo envolvendo processo arbitral no valor de R\$ 672 milhões em duas parcelas. Agora, a Copel reconhece oficialmente que os pedidos de litígio eram de 3,2 bilhões, como divulgado pela própria Copel em 3/9/2023, divulgado no Fato Relevante 01/2024. Ou seja, a verdade apareceu. Nesse meio tempo, eu fui inclusive objeto de interpelação judicial, uma forma aqui da Copel calar a minha voz e de mais Deputados e Deputadas que lutavam contra a privatização. Mais do que isso: a Copel lançou um PDV fake, falando para os funcionários que tocam essa empresa fazerem o

pedido de demissão voluntária que seria melhor do que o processo normal que poderia ocorrer a sua aposentadoria. O fato é que 1.400 pessoas aderiram ao PDV e tiveram respaldo, as outras 1.600 não tiveram acolhida, e hoje temos toda essa situação caótica. Agora, Pimentel, que você e a Copel assumem publicamente que era uma mentira, que os balanços continham divergências e, agora, você e a escolha do Governador, que é a sua Presidência, que mesmo após o processo de privatização continua lá, estão pagando uma conta e estão deixando os servidores para trás. Esses 672 milhões, cujos 336 já foram pagos, poderiam ser usados inclusive para indenizar os funcionários que aderiram ao PDV, mas você, Pimentel, com esse ar irônico, enganou o povo paranaense, interpelou judicialmente tentando calar a voz de Parlamentares, mas a verdade apareceu. A Copel mentiu inclusive para o processo de leilão que ela teve. Outras denúncias também aconteceram. Agora, eu quero saber e o povo paranaense quer saber quanto é que o Pimentel, indicado pelo Ratinho Júnior, deu de prejuízo ao povo paranaense com esse processo de privatização. No ano de 2022 pagaram, de forma rápida e sem discussão, uma dívida bilionária com o Itaú porque envolvia Copel. Agora, no apagar das luzes de 2023, pagaram também uma dívida bilionária de 672 milhões que envolviam outras empresas. Por quanto será que vocês realmente venderam a Copel? Tem mais coisas que vão ficar públicas daqui um tempo. Tem gente que participou do processo de transformação e incorporação e foi indiretamente beneficiada com a negociação da dívida, agora, aqui da Copel, ou seja, uma trama em que o final da trama prejudica só o povo paranaense. E o resultado está aí: apagões a todo momento; muita demora para religação de energia; os trabalhadores copelianos tratados como lixo; e o resultado é um serviço ruim. E aguardem: logo uma tarifa mais cara. Hoje, estive no Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Federal, entreguei um pedido de providências para que o Ministério Público abra um inquérito para que fiquemos sabendo realmente o porquê dessa manobra para não pagar os créditos trabalhistas dos copelianos, em função desse acordo feito relâmpago, que vinha se estendendo desde 2015 e que denunciávamos aqui. Mais do que isso: o Paraná sofre. Eu tenho aqui em minhas mãos mais de 30 cidades do Paraná que

sofrem com queda de energia, falta de energia, interrupção de energia. Tem produtor rural perdendo frango, tem produtor rural perdendo leite, tem comerciante com equipamento queimado de tanto cair e religar e cair, e tem ausência de prestação de serviço. Tem cidade que no final do ano, no Paraná, ficou 42 horas sem energia elétrica. Esse é o resultado da Copel do Governador Ratinho Júnior, que passou para B3 o seu segundo Palácio do Iguaçu, porque os temas importantes do Paraná que eram para ser cuidados no Palácio do Iguaçu estão sendo cuidados na B3. Vejam o pedágio, vejam a Copel, agora vai ser o Porto, e assim sucessivamente vai. Ano novo, metodologia de entrega velha, e o Papai Noel que era para ser um momento de luz e de esperança para o povo paranaense, veio com um saco no lugar de presente, com um saco de maldades, pegando dinheiro da Copel, que a própria Copel negava que existia, e pagando aqueles que nem paranaenses são, aqueles que vivem do capital especulativo, aqueles que ganham através do suor e do trabalho dos outros, que são especuladores do mercado financeiro. E a Copel está aí. E eu tenho aqui: Guamiranga, Rondon, Terra Boa, Alto Paraná, Centenário do Sul, Toledo, Campina da Lagoa, Tapejara, Guarapuava, São João, Floraí, Sertanópolis, Chopinzinho, Cândido de Abreu, e muitas outras cidades - isto aqui é tudo com ofício, com nome de entidade, cidade, sindicato, denunciando. Esse é o resultado da Copel privada, a Copel do Palácio do Iguaçu, a Copel do Ratinho, o garoto bom de propaganda, mas ruim de execução e cuidado do povo paranaense. Triste começar o ano tendo que ser tão incisivo, mas triste mesmo foi o que aconteceu com o Paraná que sofre momentos de escuridão, apagões com frequência. Aliás, depois do Carnaval, vocês vão ter acesso ao “*apagômetro*”, o mapa de apagões que aconteceram com o povo paranaense depois que os amigos do Palácio do Iguaçu, do setor privado, assumiram a Copel. É incrível! Mas só um dado para vocês saberem: o aumento de interrupções saltou de 23% a mais que o comparativo do ano de 2022. Foram mais de 38 mil interrupções. O tempo de religação de energia saltou de 248 minutos, em 2022, quatro horas, para 355 minutos, seis horas, aumentando 43% o tempo de espera do povo. Mas sabe o que tem de positivo? O aumento do lucro vai ser maior pelo jeito, e a transferência

para o acionista também, mas positivo no pensamento palaciano, porque o bolso do povo paranaense vai ser sacrificado. Mas esse Governo escolheu o lado: é sacrificar o povo para dar alimento para mão de ditadores do mercado financeiro. Aqui tem muitos Parlamentares que gostam de usar o termo “ditador”, falar de ditadura...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Arilson, um minuto para concluir.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): E hoje nós temos uma ditadura no Paraná: a ditadura do mercado financeiro, que se apossou e dita as regras, sem deixar inclusive o povo participar. Os processos que tiveram aqui discussões públicas que envolvem privatização foram processos ditatoriais, não passaram pelo crivo popular, não se abriu um plebiscito para que o povo se manifestasse, não deu tempo para se ter Audiência Pública nesta Casa. E mais do que isso: as regras apresentadas, colocadas e executadas hoje visam ao lucro, o poder real de quem está literalmente no Palácio. Palácio que em breve vai começar a sofrer um desmoronamento por vários setores, principalmente pelo orgulho, a arrogância e a espionagem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, colegas Deputadas, Deputados e todos que nos acompanham pela *TV Assembleia* e demais mídias. Primeiramente, cumprimento a todos, desejo um feliz ano a todos, embora com certeza teremos mais um ano bem difícil, porque não será fácil aturar este desgoverno do Lula por mais três anos, sendo que o primeiro ano de Governo do Lula foi um desastre. Desastre na economia - é só ver os números, tudo aumentando, alimento aumentando. A mistura que o brasileiro come, o arroz e o feijão, aumentou mais de 17%. Os planos sociais do Governo Lula diminuíram, diminuiu o valor do Bolsa Família, tirou o 13.º, diminuiu em milhões as famílias que recebiam o Bolsa Família. E por que será que ele diminuiu? Primeiro, que ele nunca pensou no mais pobre. Segundo, que ele está usando muito dinheiro sem

controle, dinheiro para bancar os 38 Ministérios, que são uma lambança com o dinheiro público, e também está usando boa parte do dinheiro público, bilhões e bilhões, para comprar votos com emendas secretas, que eram chamadas de secretas, que cinco vezes mais do que o Bolsonaro pagava de emendas o Lula está pagando para tentar governar o País porque não tem apoio. Lamento muito os Parlamentares que se vendem a um desgoverno deste que vem destruindo a economia. Fechamos o ano de 2023 com um rombo de R\$ 230 bilhões. Olhem o número, gente! O que quer dizer isso? A arrecadação do Governo é muito menor do que o gasto desenfreado do Governo. E pelo jeito o Lula não vai parar de gastar! Ele vai parar de gastar com o mais pobre, porque não está preocupado com o mais pobre, mas para atender os conchavos políticos dele vai torrar o dinheiro público. Lembrando que o Governo Bolsonaro deixou em caixa 54 bilhões. Então, o Lula, o Governo Lula torrou 54 bi e abriu um rombo de 230 bilhões no primeiro ano. Imaginem quando terminar este ano de 2024! Se fosse só isso, gente, o problema da economia, mas é que o Ministro Haddad, que não tem competência nenhuma para o cargo, resolveu cobrir o buraco aumentando os impostos do povo. Então, prejudica mais o povo ainda. Tudo está aumentando no Brasil, não é só o alimento! Combustível, gás, energia, tudo está aumentando no Brasil! E a grande emissora Rede Globo não fala nada! Incrível a imprensa marrom, que se cala por um dinheirinho e não fala a verdade para o povo! Que lamentável que está uma boa parte da imprensa no Brasil. Que barbaridade! A população fica desinformada, não enxerga uma realidade. E o povo passando fome. Hoje tem muito mais pessoas passando fome do que a mentira que falavam do Governo Bolsonaro. As narrativas não param por aí, as narrativas da esquerda vão continuar. O Lula é o campeão de narrativas. Ele mesmo disse que se cria uma boa narrativa, “uma mentira” para ganhar uma guerra, e faz aquela narrativa falaciosa virar uma verdade com o apoio da grande mídia. Esse é o segredo. E hoje todo mundo, o Brasil e o mundo sabem que tem um grande consórcio no Brasil, consórcio Lula-STF-Rede Globo, o consórcio do mal, o consórcio do ódio, o consórcio da mentira, o consórcio que não respeita as leis e nem a Constituição Federal. Vimos aí o Ministro Toffoli, que a mulher é advogada e está defendendo a

JBS. O Ministro Toffoli acatou lá o processo da advogada que é esposa dele e, em uma canetada, pasmem, ele tirou R\$ 10 bilhões da multa da JBS. Dez bilhões de reais que esse grupo roubou e iriam retornar aos cofres públicos! Agora pense você comigo, que me acompanha. Você é um empresário que deve 10 bi e chega uma advogada que fala: *Quero cinco, sete bilhões e te livro da dívida de dez*. Ele vai pagar, porque ele vai economizar dois ou três bilhões. Então, imaginem quanto de dinheiro essa turma está ganhando não respeitando a opinião pública. Já que têm a imprensa no bolso, não estão preocupados com a imprensa. E se não bastasse isso, agora aquela nova empresa, a Novonor, que ficou no lugar da Odebrecht, está tirando uma dívida aí também de 8,5 bilhões. É assim que caminha o Brasil de hoje em dia! Bati desta tribuna durante anos, dizendo o perigo que era se o PT voltasse à cena do crime, se o ex-presidiário voltasse à cena do crime. Voltou com o apoio do TSE e de vários partidos; voltou, colocou toda a quadrilha e estão aí dilapidando o patrimônio público novamente. Tanto é que o Brasil caiu no ranking de transparência de segurança jurídica e de combate à corrupção, está despencando. Aí o Ministro Toffoli ficou ofendido e ainda mandou investigar a empresa internacional que dá essa avaliação. Que cara de pau! Passa óleo de peroba todo dia no rosto! Não é possível! O cara caneta, tira 10 bi, joga no lixo todas as provas, todo o trabalho da Polícia Federal, Civil, Ministério Público Estadual, Federal, Juiz e Desembargador, ele dá uma canetada e fala: *Agora acabou*. A Odebrecht, para quem lembra, tinha feito uma carta à população pedindo desculpas por ter roubado o Brasil e corrompido um monte de políticos e outros empresários. Então, o Brasil de hoje é o Brasil do roubo, da mentira, da insegurança jurídica. É o que vivemos hoje. Lamento ter que voltar aqui após o recesso e dizer isso! Mas eu, como milhões de brasileiros, estamos bem preocupados com o futuro do Brasil. A taxa de empregos com carteira assinada caiu 26% neste Governo e daí por diante, minha gente! Está só começando. Como o Lula falou, o grosso vai entrar e já está entrando. Infelizmente são linguagens chulas desse ex-presidiário que jamais deveria ter saído da cadeia. Voltou para se vingar e destruir o Brasil. Esse é o cenário que temos hoje. Mas nós aqui continuaremos trabalhando, tentando aprovar os nossos Projetos de Lei para

barrar essas malditas ideologias que o PT tem: ideologia de gênero, ideologia partidária, banheiro neutro, linguagem neutra, essas loucuras todas que eles vão continuar. E quero aqui também, mudando de assunto, agradecer ao partido PL, agradecer ao Presidente Estadual do partido, o Deputado Federal Fernando Giacobbo, agradecer ao Líder do Partido aqui, Deputado Jacovós, ao Deputado Gilson de Souza, ao Deputado Gilberto Ribeiro, ao Deputado Marcel Micheletto pelo apoio que me deram para que eu colocasse o meu nome, representando o PL, como pré-candidato a Prefeito de Curitiba. Lembrando que tenho o apoio 100% do Presidente Bolsonaro. Isso em breve veremos aí algum vídeo dizendo isso, e o apoio também do Presidente do partido. O porquê disso? O PL quer eleger o maior número de Prefeitos e Vereadores de direita no Brasil inteiro. E Curitiba vai ter uma opção: ela pode eleger um Prefeito de esquerda, de centrão ou um conservador de direita raiz, como eu, apoiado pelo presidente. Não prometemos milagres, mas prometemos sim uma gestão técnica e competente, sem mentiras. Curitiba precisa da verdade. Os nossos projetos em breve serão revelados e serão muito duros, principalmente para os criminosos. O que mais poderia dizer aqui? É uma jornada dura, não é o meu projeto político. O meu projeto político realmente é federal, mas diante da situação que o Brasil vive, vendo essa esquerda invadir os direitos brasileiros, impondo goela abaixo barbaridades, como essa vacina contra o Covid para crianças de seis meses a cinco anos, desobedecendo a orientação do Ministério da Saúde, que diz que crianças e jovens saudáveis não precisam de vacina. O Prefeito Greca, aqui, um ditador, obriga também.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado, um minuto para concluir.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): O Prefeito Greca, aqui, obriga os pais e mães, para matricularem ou rematricularem os filhos, a tomarem essa maldita vacina. Vários governadores já disseram que não vão cobrar isso, porque é um direito que está na Constituição, que toda criança tem direito ao estudo. Tenho conversado aqui como Governador, com a equipe do Governador e tenho certeza que o Paraná tomará a mesma medida, deixando livre a escolha de pai e mãe,

porque essa vacina do Covid não previne que a pessoa pegue ou transmita a doença. Então, não tem o porquê de obrigar alguém a tomar essa vacina. Para finalizar, corrigindo o Deputado Renato Freitas, não respondo a nenhum processo grave no Estado do Paraná. Nenhum! Tenho uma investigação infundada, que em breve será provada a verdade. Quem responde a invasão de igreja, a uso de drogas e a outras barbaridades, com 16 boletins de ocorrência... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado, para concluir, por favor.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Para concluir. Que prevaleça a verdade nesta Casa e não a mentira. Uns falam em verdade, hipocrisia e são os mais hipócritas e mentirosos que tem nesta Casa. Aqui não! A mentira não prevalecerá.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próximo orador, Deputado Evandro Araújo.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Senhor Presidente, nobres Deputados e Deputadas, também quero dar os meus cumprimentos a todos os colegas nesta volta dos trabalhos. Quero dizer que estamos muito mais esperançosos de trabalhar durante este ano de 2024, e animados para podermos realizar o que nos propomos a fazer na vida pública. Então, uma grande alegria em estar de volta aqui a esta Casa. Senhor Presidente, peço um minuto da sua atenção e dos colegas Deputados e Deputadas, porque eu estava no gabinete exatamente trabalhando no Código do Autismo. Estávamos lá analisando, inclusive, um projeto da Deputada que aqui mencionou o Código, e trabalhando em todos os projetos e tentando com um esforço muito grande fazer com que esse relato, que me foi confiado pela Comissão do Código, que ele expresse a vontade e o desejo dos Deputados e Deputadas e, também, da comunidade que deu suas as contribuições. Quero apenas tranquilizar os Deputados e Deputadas acerca do que foi dito aqui, e dizer que durante o ano passado acho que todos podem testemunhar, que eles foram convidados a participar, estivemos na sala anexa à Presidência da Assembleia, convocados pelo Deputado Traiano, na época, para

que tivéssemos uma reunião, que pudéssemos encaminhar um projeto, que reunisse todos os trabalhos de autismo na Casa. Isso foi no mês de abril. Esse entendimento foi feito, portanto, até o final de abril. Depois, só para tranquilizar os Deputados e Deputadas e lembrar a cronologia dos fatos, tivemos 60 dias aproximadamente em que os Deputados puderam protocolar novos projetos em relação ao autismo. Vejam, estou dizendo porque acabei ficando como uma pessoa referência nesse processo, mas naquele período eu não era relator e nem presidente de comissão nenhuma, porque não existia comissão. Então, simplesmente, nos dispusemos a tentar coordenar e organizar um trabalho coletivo naquele momento. Depois de 60 dias tivemos, então, a reunião de todos esses projetos, junto com a Diretoria Legislativa – está aqui o Diretor Dylliardi -, com assessores, foi feita a junção de todos esses projetos em um anteprojeto, em um texto único. Um texto que foi protocolado no final de agosto. Depois desse período, que os Deputados puderam protocolar os seus projetos, tivemos um tempo, portanto, longo ali de trabalho da Diretoria Legislativa, que não é o meu gabinete. A Diretoria Legislativa, junto com assessores de Deputados, também pôde fazer essa junção de todos os projetos e protocolar um anteprojeto. Após esse período abriu-se uma participação da comunidade. Estou aqui com um caderno de mais de 300 contribuições da comunidade. Aqui tem Ministério Público; aqui tem Secretarias de Estado; e aqui tem entidades, associações de pais e mães de todo o Paraná, que enviaram, inclusive foi aberto um espaço no *site* da Assembleia para que pudessem ser enviadas as contribuições do Paraná todo, de todos quantos quisessem opinar e participar. Então, isso foi feito durante o período praticamente do ano todo. Dizer que a vida de ninguém ficou de ser atendida por causa dessa lei. Se hoje os autistas não são atendidos é porque, infelizmente, o Estado é sim muitas vezes omisso, incompetente e não atende como deveria e, também, os municípios e, também, a União. A Lei Berenice Piana é muito boa e devemos com certeza melhorar e atender melhor a comunidade autista no Paraná. É isso que estamos buscando fazer, fazer uma junção no texto. A comissão que foi aqui mencionada foi constituída no ano passado, no final de novembro. No final de novembro foi constituída a comissão, e todos os Deputados

membros participaram do momento da escolha de Presidente e Relator. A reunião começou com portas abertas, depois foi pedido um momento para que tivéssemos a particularidade dos Deputados para conversar, mas, inclusive, tem matéria da imprensa tratando do assunto. Então, não foi feito nada às escondidas, e a Deputada que aqui mencionou a comissão estava presente. Então, para deixar isso muito claro. Acho assim: não é uma queda de braço, não é uma busca pela paternidade ou maternidade de um projeto, porque o projeto é dos 54 Deputados e Deputadas que quiserem assinar. Já tem mais de 40 Deputados que assinaram esse projeto. Então, não é do Deputado A, da Deputada B, do Deputado C, D, é de todo mundo que quiser dar uma contribuição. Infelizmente, têm coisas nesse texto que estão aqui mencionadas que terão que ser suprimidas, que gostaríamos de chegar amanhã e fazer o Estado realizar as clínicas referenciais em todo o Paraná, e vamos colocar no texto apontamento para isso. Sabemos que inclusive com a Liderança do Governo que teremos dificuldade, que o Líder do Governo vai chegar em um momento e vai falar assim: *“Olha, isso aqui não pode. Isso aqui não deve”*. Só que estamos trabalhando para manter no máximo a vontade dos Deputados e Deputadas. Então, acho que não foi justa a menção que foi aqui feita, como se tivéssemos assim, por prazer e porque quisemos, demorar para constituir um trabalho, sendo que a comissão foi constituída no final do ano passado e, agora, conta-se o prazo do relator, que começou 5 de fevereiro, vai até o dia 5 de março. Esse é o prazo que estou tendo para trabalhar.

Deputada Mabel Canto (PSDB): Deputado Evandro.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Estávamos todo esse tempo nos reunindo, trabalhando mesmo no período de recesso, em relação a esse assunto. É difícil? É, mas assim já fui algumas vezes atacado aqui neste Plenário em relação a esse assunto. Acho um desrespeito tratar de um tema tão relevante, tão nobre, com o fígado. Não temos que tratar disso com o fígado, temos que tratar com amor, com responsabilidade, com cuidado. Aqui na comissão tem pessoas que também são pais de pessoas com autismo; tem pessoas, amigos, amigas, parentes de pessoas com autismo. Ninguém de nós consegue viver a nossa vida sem ter pelo menos um contato com alguém que tenha autismo, seja da nossa

família muito próximo ou seja de alguma pessoa do nosso convívio, um pouco mais distante. Então, não é uma questão de “A” ou “B”, de ser dono ou dona de qualquer coisa, é uma busca que estamos tentando fazer de entregar um trabalho que seja um trabalho de expressão da vontade popular dos paranaenses e dos Deputados e Deputadas. Quero deixar isso muito bem pontuado aqui. Aparte Deputada.

Deputada Mabel Canto (PSDB): Deputado Evandro, acho que o senhor pontuou perfeitamente, faço das suas palavras as minhas, mas quero reiterar o trabalho que vários Deputados têm feito em relação a esse assunto. Por vezes não conseguimos acompanhar o trabalho do outro aqui e não sabemos a que ele está se dedicando, ao qual trabalho ele está se dedicando. Então, fica inoportuno dizer que “A” ou “B” nunca trataram sobre o assunto do autismo. E eu quero, assim como o senhor disse, relembra o início da minha própria trajetória aqui. Quando eu cheguei aqui achei que era tudo para ontem também, mas há procedimentos, temos formalidades aqui a serem cumpridas. Uma Comissão Especial é repleta de formalidades, de prazos, e, como foi dito, foi constituída no fim do ano passado. Mas desde que constituída, todos aqueles que estão lá, titulares e os suplentes, inclusive participando das reuniões, participando ativamente dessa discussão, que não é de um, não é de dois, não é de três, é de 54 parlamentares. E como o senhor disse também, vamos tratar o assunto com amor, porque todos nós hoje temos alguém muito próximo com autismo, na nossa família, no nosso meio de amigos, todos nós estamos tratando esse assunto de forma especial. Então, fica o meu registro do seu trabalho, inclusive antes da relatoria na Comissão Especial, da dedicação que estou vendo sua e da sua equipe, que mesmo durante o recesso trabalhou muito para entregar agora o relatório.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Eu agradeço. E eu gostaria, sim, de repetir que não gostaria que esse tema fosse tratado com base, sabe, em rivalidade, em disputa. Eu acho que esse espírito não cabe quando tratamos de um tema como esse. A política tem os seus debates, as suas diferenças, as suas questões que são acirradas, mas eu acho que nesse tema, se nós estivéssemos sendo irresponsáveis, se nós não estivéssemos fazendo, cumprindo o Regimento

naquilo que diz respeito ao longo do período todo, eu acho que poderíamos ser criticados, sem dúvida nenhuma, e eu acolho, sem problema nenhum, acolheria sem problema nenhum. Agora, da forma como aqui foi mencionado... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercilio Turini - PSD): Deputado, um minuto, por favor.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Agora, a forma como aqui foi mencionado sobre um trabalho que há, sim, esforço, dedicação e empenho de muitos senhores e senhoras, inclusive da Mesa Executiva e da Diretoria Legislativa, eu acho que não foi razoável, por isso a minha resposta, mas reitero o meu respeito pela história de cada um, dos Deputados e Deputadas que têm a sua vivência com o autismo, e nós vamos seguir juntos fazendo o nosso melhor para que esse texto possa ficar, e torcer para que o Governador também entenda, Deputado Tercilio, que agora preside, a importância de sancionar uma lei como essa que seja avanço em relação aos outros estados do Brasil, para que nós tenhamos um texto forte, que colabore com o texto da Lei Berenice Piana, e que possamos ter um texto que possa atender a comunidade dos autistas. Muito obrigado, Presidente, Sr.^s e Sr.^{as} Deputadas.

DEPUTADA FLÁVIA FRANCISCHINI (UNIÃO): Presidente, Presidente, questão de ordem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercilio Turini - PSD): Deputada Flávia.

DEPUTADA FLÁVIA FRANCISCHINI (UNIÃO): Pela ordem. O que eu quis deixar aqui bem registrado é que foi deliberado e foi votado aqui com portas fechadas. E por todo o ano eu participei de comissões, de reuniões e tenho certeza de que não só eu, todos os Deputados aqui presentes, posso perguntar um por um, ninguém deliberou nada aqui a portas fechadas. Na CCJ e qualquer comissão, nunca houve qualquer tipo de reunião aqui, gente, a portas fechadas!

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercilio Turini - PSD): Deputada, Deputada...

DEPUTADA FLÁVIA FRANCISCHINI (UNIÃO): Só um minutinho, Presidente. Nunca houve nada em portas fechadas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercilio Turini - PSD): Acho que já V.Ex.^a...

DEPUTADA FLÁVIA FRANCISCHINI (UNIÃO): Só um minutinho, estou só fazendo a minha defesa, do jeito que eles fizeram. Então, o que estou falando...

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercilio Turini - PSD): Mas não procede, Deputada. Deputada...

DEPUTADA FLÁVIA FRANCISCHINI (UNIÃO): Pois não!

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercilio Turini - PSD): Vossa Excelência poderia ter solicitado um aparte, senão vamos fazer um debate paralelo e não procede então neste momento. Peço a compreensão de V.Ex.^a. Ok? Obrigado. Passamos ao horário da Oposição. Com a palavra o Deputado Requião Filho.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Presidente Tercilio, meus nobres colegas. Muito bem-vindos à primeira Sessão deliberativa deste ano. E, como é a primeira Sessão deliberativa deste ano, vamos começar devagar, ou não! O que trago para os senhores hoje aqui é uma questão que desafia não apenas a ética do atual Governo, mas coloca em cheque a confiança depositada em uma instituição, o Governo do Estado do Paraná. As instituições paranaenses deveriam trabalhar para o bem comum, em especial neste cenário particular que temos hoje, onde o discurso é de transparência, de moralidade, de muita propaganda, e na propaganda tudo é bonito, lindo e correto. Aqui no Paraná a prática não se alinha com esse discurso, temos aqui um dilema, um dilema muito interessante. Controladoria-Geral do Estado. Os senhores sabem o que é uma Controladoria? A Controladoria é aquele órgão que deve fiscalizar os demais órgãos. E aqui no Paraná nós ainda temos a *compliance*, um termo chique para dizer: O Estado irá cumprir a lei. Como se ao Estado coubesse a opção de não cumpri-la. Mas a Procuradoria-Geral do Estado, na pessoa do Sr. Raul Siqueira, que já não é mais Procurador do Estado, que caiu para cima, afastado da Controladoria-Geral do Estado, Raul Siqueira vira diretor jurídico da Sanepar, com um pomposo salário, gordo salário. Mas a Procuradora Luciana, a Controladora Luciana coloca o

Governador Ratinho Júnior em uma sinuca de bico. Deverá o Governador confiar em Raul Siqueira, seu Ex-Controlador, e hoje Procurador Jurídico da Sanepar, que trabalha para a privatização da companhia, ou deverá ele confiar em Luciana Carla da Silva Azevedo, que abriu e conduziu na Procuradoria do Estado uma sindicância para apuração de fatos através de um protocolo feito naquela Controladoria. Durante a investigação, 30 pessoas foram ouvidas entre os dias 8 e 12 de janeiro deste ano, tentando esclarecer denúncias envolvendo o Sr, Raul, o Ex-Controlador-Geral Raul Siqueira, envolvendo peculato, concussão, rachadinha, desvio de patrimônio doado pela Receita Federal, viagens irregulares e atividades particulares exercidas de forma irregular pelo então Controlador-Geral do Estado Raul Siqueira, atual diretor jurídico da Sanepar. Na conclusão da comissão sobre a rachadinha do Ex-Controlador-Geral observa-se a existência de indícios de prática dessa conduta, assim como em outras situações relacionadas a desvio de patrimônio, viagens irregulares e contratação de familiares para cargos públicos, esses fatos no mínimo lançam sombras sobre tudo, tudo o que o Sr. Raul Siqueira botou a mão, do pedágio à Lottopar esse senhor estava envolvido no Estado do Paraná. O Corregedor-Geral do Estado, investigado pela Corregedora atual, é acusado, investigado de desvio de dinheiro, desvio de diárias, rachadinha, apropriação indevida de patrimônio. É a imagem do nosso querido Governador Juninho, o Governador Ratinho Júnior. E nós queremos saber agora, Governador: é o Sr. Raul Siqueira que o senhor irá proteger da investigação dentro do seu próprio Governo ou é a Corregedora que terá carta branca para levantar e apurar esses fatos? Se o Governador almeja mantê-la decência e valorizar os seus servidores deve levar a sério a sindicância e revisar todas as ações do Ex-Controlador-Geral do Estado Raul Siqueira. Esse senhor que participou de grupo técnico de encerramento de concessões das rodovias do Paraná, do maior roubo da história deste Estado dos pedágios, está sendo investigado pela própria Corregedoria do Estado. O tal *compliance* que deveria ser um farol de retidão, uma bússola atrás dessa honestidade tão perseguida nas propagandas não funcionou nem para o Controlador-Geral do Estado. É uma piada pronta aqui no Paraná. Agora, queremos saber também o que fará o Ministério Público deste

Estado? Aquele Ministério Público tão questionado nos últimos meses dentro desta Casa e pela imprensa paranaense, porque no seu depoimento dessa sindicância onde a Controladoria Geral falou: *há indícios e devem ser investigados*. Mais de trinta pessoas dando seu depoimento, levando a uma investigação que deve ser conduzida, no seu depoimento Raul Siqueira fala assim: *ah, isto aqui. Isto aqui já foi arquivado pelo Ministério Público*. Como assim? Se a própria Controladoria do Estado está dizendo que tem caroço nesse angu? Se os indícios são fortíssimos? Como pode os nossos queridos e excelentíssimos vestais da justiça, os promotores, terem arquivado uma denúncia onde a Controladora-Geral Luciana corta na própria carne, tem a coragem de fazer isso. Queremos saber, então, como vai ficar essa história desse senhor que caiu para cima. Gente, a denúncia é de ficar com salário de servidor, é de forjar viagem de servidores para roubar diárias, é de desviar patrimônio cedido pela Receita Federal para o Estado para si próprio. É o pior tipo de ladrão que tem, é o ladrão de galinha. É baixo, é vil, e caiu para cima. Está lá agora cuidando da privatização da Sanepar com um salário absurdo. Parabéns à Controladoria-Geral do Estado e aos seus servidores de carreira, que pelo jeito o último Controlador Geral do Estado não controlou foi nada. Foi, na verdade, fazer justamente aquilo que ele deveria estar lá para combater, que é a corrupção.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Último orador, Deputado Hussein Barkri.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O que foi, Requião?

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): É aquela coincidência, meu amigo Hussein.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pois não.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Vem o Requião Filho aqui e dá aquela canelada, feliz da vida, para trazer para os paranaenses uma denúncia. Você não acredita, Romanelli! Caiu o sinal da *TV Sinal!* Alguém derrubou o computador de novo!

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Você vai dizer que foi nós.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Requião, o sinal não é de agora. Já faz algum tempo que caiu o sinal. Isso não posso, de forma alguma, atribuir a ninguém aqui na Casa. Já não é de agora, já tem mais tempo.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): É verdade. Depois dos dois primeiros oradores..., foi transmitida a fala do Deputado Fábio e do Deputado Renato, depois disso o sinal da TV caiu. Sei porque vi ali na sala Arnaldo Busato, não tinha transmissão.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Presidente, o meu está fora também ainda?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Hussein, o senhor tem dez segundos para aproveitar, porque já está em nove minutos e quarenta e oito.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Presidente, quero desejar a todos um bom ano. Prometo que vou tentar ser educado, como sempre sou, respeitando o contraditório, procurando tratar apenas de questões administrativas. Espero que continue sendo assim a nossa tratativa. É a minha maneira de trabalhar. Gostaria de me reportar ao que o Deputado Requião falou. Acho que ele mesmo já respondeu a questão. Como que o Governo Ratinho Júnior vai tratar? Da maneira como está tratando. A Controladora atual vai ter um extremo rigor, o Governo vai ter um extremo rigor, e se restar comprovado, porque está finalizando o processo, obviamente que serão tomadas todas as medidas. Um Governo é muito grande. O próprio Governo do qual o partido que V.Ex.^a faz parte hoje, em um passado não muito distante já passou por todos esses momentos difíceis, quando próceres que faziam parte do seu partido foram acusados de diversas questões e alguns foram condenados, outros não. Esse é o processo da vida. Mas um Governo é muito grande. Vossa Excelência pode ter a certeza que o Governo Ratinho vai agir com muito rigor, como é de praxe e sempre fez. Gostaria de me reportar aqui à Copel, Deputado Arilson. A Copel sofreu um processo, Sr. Presidente, de muitos anos de investimentos em outros estados. Na minha avaliação, como Deputado que sou desde 2015, uma das mazelas da Copel foi ter aberto várias frentes no passado e

feito investimentos em vários estados em detrimento de investimentos no Paraná, e está fazendo agora. Só que você não recupera de um ano para o outro. Você não consegue dotar um sistema com a rapidez que se faz necessária, tendo em vista o desenvolvimento que o Paraná se encontra. Agora, tem outro fator que precisa ser levado em conta. É óbvio que tem problema? Tem. Não podemos fechar os olhos. É óbvio que alguns casos demoraram demais? É óbvio. Sim, temos que admitir. Agora, duvido que em um passado tão recente, tirando 1983, que eu convivi com a pior enchente da história de União da Vitória, que tenham acontecido episódios tão fortes de chuvas, tão fortes de ventos climáticos como aconteceram este ano, inclusive em alguns estados tivemos mortes em números acentuados e aqui no Paraná, evidentemente, que as consequências vieram e a Copel tentou, com a maior parte, agilidade. Agora, vejo aqui uma das declarações do Deputado Arilson aqui quando ele fala que apagaram a dívida. Lembrei-me de um cara que chegou para mim em União da Vitória, eu era prefeito, ele disse: *Prefeito, quero um favor teu, quero que o senhor vá lá no computador e apague a minha dívida do IPTU, só apertar o botão.* Até hoje não consegui apagar a dívida dele. Acho que perdi o voto. Então, não consigo entender o que é apagar uma dívida. E tenho um carinho enorme e respeito pelo Deputado Arilson, vou conversar com ele, vou tentar entender o que é apagar uma dívida. A que ele se refere a apagar uma dívida. Porque eu, sinceramente, com todo respeito, nenhum tipo de outro fator que não seja entender isso, é procurar. Do ponto de vista funcional, a Copel fez... todas essas ações foram aprovadas, fez um PDV que foi feito com seus funcionários, com o sindicatos e, também, foi feito com os órgãos de controle, sob a égide de todos, respeitando todos. E vejo aqui, até me espanta, não quero abrir nenhuma discussão aqui política, nada, porque ser gestor é muito difícil. E acho que o país vai sofrer muito este ano pelas declarações que ouvi do comandante da Casa, da Câmara, pelas declarações que tenho visto do centrão, pelas declarações que tenho visto do Senado temos um ano difícil. E aqui faço uma sugestão para o bem do país, que aqueles que nos criticam tanto preocupem-se com o seu quintal, que no seu quintal vai estar instalado o caos neste ano, com muitas adversidades, com muitos problemas acontecendo, com o

país beirando à falta de governabilidade. Vocês vão ver o que estou falando. Teremos um ano - e não é isso que eu torço, não torço por isso. Tenho grandes amigos neste partido, mas vocês vão ver o que estou falando. Lembre bem do que estou falando no dia de hoje: viveremos um período de muita dificuldade este ano por conta de tudo isso que eu falei. Agora, me preocupa, vejo aqui agora o TCU está questionando um contrato da Petrobras que pode significar prejuízo de 487 milhões. Agora, contrato agora neste Governo. Então, assim algo que nos preocupa muito. Será que vamos ter aí um novo escândalo da Petrobras? Será que esses algozes já não aprenderam com os fatos anteriores sobre isso? O tempo vai dizer. Quem viver verá. E quero dizer a todos vocês, ao pessoal do autismo, meu amigo Evandro Araújo que faz um belo trabalho, Mabel e todos os demais, não sei o nome de todos que estão aqui, que a Liderança do Governo está à disposição. Temos algumas dificuldades a superar? Temos.

Deputada Flávia Francischini (UNIÃO): Um aparte, Deputado.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Já lhe concedo. Temos algumas dificuldades aqui para superar e, às vezes, temos que trabalhar para que esse projeto seja aprovado, mas conte com a nossa boa vontade, com nosso carinho, com nosso respeito, para que possamos avançar. Já lhe dou o aparte. Mas só para finalizar, quero desejar um ano de paz, de saúde, um ano abençoado a todos vocês. Esse gabinete que está aqui do lado é extensão da casa de vocês. Nem sempre consigo avançar e resolver todos os problemas, mas sempre vou ter boa vontade. Jamais vou deixar de dar uma resposta ou retorno para alguém. Vou estar sempre atendendo a todos vocês que compõem a nossa Base e que represento. Deputada, a senhora pediu um aparte?

Deputada Flávia Francischini (UNIÃO): Isso.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pois não.

Deputada Flávia Francischini (UNIÃO): Obrigada pelo carinho e pelo cuidado com todos nós, Deputado Hussein, e não poderia ser diferente agora. O senhor viu a minha aflição e, como sempre, queria só continuar aqui e continuar essa minha defesa e deixar registrado que quando falei dessa reunião que aconteceu a

portas fechadas, dizer que eles deliberaram, sim, a portas fechadas e que depois foram abertas só para ser divulgado esse resultado – e que não foi certo. Essa comissão foi constituída no final do ano, mas o processo foi iniciado em abril e por isso fiquei extremamente revoltada - e falo aqui pelos pais e pelas mães de tantos autistas que esperam ansiosamente por essas leis, e que aqui não é questão de disputa não, gente. Aqui é pedir a devida celeridade a um processo que é muito importante. As demais demandas estão todas suspensas. Quantas vezes apresentamos projetos lá na CCJ e esses processos foram parados, foram estacionados aguardando esse Código de Autismo. Outra coisa: sabemos, Deputado Evandro, quando o senhor fala aqui que não é questão de revanchismo. Se não fosse revanchismo, o senhor como Presidente e eu como Vice, teríamos conversado. Não teria necessidade do senhor ter conversado com a Deputada Mabel e ter combinado dela assumir a Presidência e o senhor virar Relator. Ou até mesmo de vocês terem combinado com outros Deputados e não terem conversado comigo somente e pedido meu voto. Não haveria necessidade de vocês terem fechado a porta e não ter chamado ninguém para assistir essa votação. E mais: me dispus várias vezes, principalmente como mãe de uma criança autista, de ajudar a construir essa Lei. Como coloquei, mais uma vez, não sou candidata a nada, queria ajudar a construir esse código. Então, não é revanchismo, é querer ajudar a construir para pais e mães que necessitam de ajuda. Só isso. Não é revanchismo. E foi revanchismo quando você e a Mabel construíram sozinhos e ligaram para os outros Deputados pedindo voto. Engraçado que só para mim não ligaram! Não, não ligaram. Pediram lá dentro, só isso. Muito obrigado pela palavra.

Deputado Evandro Araújo (PSD): Deputado Hussein, um pequeno aparte por favor?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pois não.

Deputado Evandro Araújo (PSD): Só quero deixar claro que a reunião que a Deputada Flávia se refere, senhores e senhoras deputadas, ela participou, ela estava junto na reunião.

Deputada Flávia Francischini (UNIÃO): A portas fechadas e sem ninguém!

Deputado Evandro Araújo (PSD): Segundo, Sr. Presidente, a Deputada participou da reunião e inclusive ela foi uma das primeiras deputadas que pedi o apoio para que eu pudesse ser relator da matéria... (É retirado o som.) Para concluir, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Por favor, para concluir.

Deputado Evandro Araújo (PSD): Porque já vinha trabalhado. Até falei aos colegas se alguém quisesse ser relator, entrego aqui o trabalho. Em relação a esse assunto foi praticamente unânime daqueles que foram indicados pelos partidos o apontamento para a relatoria. Digo e repito: não é uma questão de revanchismo, disse a Deputada: *se a senhora quiser nós dois podemos partilhar, inclusive, o trabalho*. Não entendo, Deputada. Convidei a senhora para participar junto. Se não é possível, se a senhora assim não quis, paciência. Agradeço, não vou mais tocar no assunto. Só queria lembrar, Deputado Hussein, um outro assunto aqui: no ano passado, nós votamos o QFEB, e cometemos uma grande injustiça por causa de um erro material do Projeto que veio a esta Casa. Infelizmente, tivemos problema em algumas classes da carreira e estamos aqui recebendo as lembranças, dizendo assim: *Olha, o Deputado Hussein se comprometeu no início do ano de podermos corrigir isso junto à Casa Civil, junto ao Governo do Estado*. Então, peço a benevolência de V.Ex.^a de também tratarmos desse assunto. Muito obrigado.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Conte comigo. Nem começou o ano ainda, calma, não é? Vamos tratar do assunto. Conte comigo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a

presença dos seguintes Parlamentares: Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Arilson Chiorato (PT), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Douglas Fabrício (CDN), Doutor Antenor (PT), Evandro Araújo (PSD), Fabio Oliveira (PODE), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Hussein Bakri (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Mabel Canto (PSDB), Márcia Huçulak (PSD), Maria Victória (PP), Marli Paulino (SD), Matheus Vermelho (UNIÃO), Ney Leprevost (UNIÃO), Paulo Gomes (PP), Reichembach (PSD), Renato Freitas (PT), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Samuel Dantas (SD), Tercílio Turini (PSD), e Thiago Buhner (UNIÃO) **(35 Parlamentares);**

Deputados ausentes com justificativa: Alexandre Curi (PSD), para função administrativa; Batatinha (MDB), conforme art. 97 inc. II do § 3.º do Regimento Interno; Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), conforme art. 97 inc. II do § 3.º do Regimento Interno e Luis Corti (PSB), conforme art. 97 inc. II do § 3.º do Regimento Interno **(4 Parlamentares);** **Deputados ausentes sem justificativa:** Alisson Wandscheer (SD), Ana Júlia (PT), Anibelli Neto (MDB), Artagão Junior (PSD), Cobra Repórter (PSD), Delegado Jacovós (PL), Do Carmo (UNIÃO), Gugu Bueno (PSD), Marcel Micheletto (PL), Marcio Pacheco (REP), Moacyr Fadel (PSD), Nelson Justus (UNIÃO), Professor Lemos (PT), Soldado Adriano José (PP) e Tiago Amaral (PSD) **(15 Parlamentares).]**

Projetos que necessitam de Apoioamento.

Projeto de Lei: (Com apoioamento e encaminhado à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 1/2024**, do Deputado Matheus Vermelho, que altera a Lei n.º 18451, de 6 de abril de 2015, que dispõe sobre a criação do programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do estado do Paraná e Adoção de outras providências; **Autuado sob o n.º 2/2024**, dos Deputados Alexandre Curi e Delegado Tito Barichello, que institui a cobrança de multa pecuniária às pessoas que forem flagradas fazendo uso de drogas ilícitas em áreas e logradouros públicos, no âmbito do Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 3/2024**, do Deputado Do Carmo, que dispõe sobre as sanções administrativas

aplicadas pelo Estado do Paraná às pessoas que forem flagradas em áreas e logradouros públicos fazendo uso de drogas ilícitas em desacordo com determinação legal ou regulamentar, e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 4/2024**, do Deputado Gilberto Ribeiro, que dispõe sobre a obrigação de bares, restaurantes, lanchonetes, padarias e estabelecimentos semelhantes de disponibilizar água potável filtrada; **Autuado sob o n.º 5/2024**, do Deputado Soldado Adriano José, que institui o selo de qualidade “Balada Preventiva”, a ser concedido pelo Poder Público Estadual para estabelecimentos comerciais que adotem medidas de segurança em favor das mulheres; **Autuado sob o n.º 6/2024**, do Deputado Soldado Adriano José, que institui o calendário oficial do Estado do Paraná o dia do Evento Benéfico “Feijão da Fundação Francisco Bertoncello”; **Autuado sob o n.º 7/2024**, do Deputado Alexandre Curi, que concede o título de Capital do Boi Gordo ao município de Umuarama; **Autuado sob o n.º 8/2024**, do Deputado Soldado Adriano José, que institui no calendário oficial do Estado do Paraná o Dia Estadual da Ginástica Rítmica; **Autuado sob o n.º 9/2024**, do Deputado Alexandre Curi, que concede o título de utilidade pública à Associação Paranaense de Lutas, com sede no município de Curitiba; **Autuado sob o n.º 10/2024**, do Deputado Thiago Bühner, que concede o título de utilidade pública ao Coral Melodia, com sede no município de São José dos Pinhais; **Autuado sob o n.º 11/2024**, do Deputado Soldado Adriano José, que inclui no calendário oficial do Estado do Paraná o Festival de Música, Poesia e Concurso Literário de Contos de Paranaíba – FEMUP; **Autuado sob o n.º 12/2024**, do Deputado Matheus Vermelho, que dispõe sobre a proteção integral aos direitos do estudante atleta, visando valorizar e beneficiar atletas de alto rendimento que estejam regularmente matriculados nas instituições de ensino da rede pública e privada, no âmbito do Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 13/2024**, do Deputado Dr. Antenor, que institui a Carteira Estadual de Identificação da Pessoa com Epilepsia e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 14/2024**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, que concede o título de utilidade pública à ONG Anjos Protetores, com sede no município de Pato Branco/PR; **Autuado sob o n.º 15/2024**, do Deputado Ney Leprevost, que proíbe o consumo de drogas ilícitas em

praças públicas; **Autuado sob o n.º 16/2024**, do Deputado Alexandre Curi, que insere no calendário oficial de eventos do Paraná o Salão de Artes em Vidro Brasil; **Autuado sob o n.º 17/2024**, do Deputado Hussein Bakri, que dispõe sobre os procedimentos adotados contra cobranças adicionais não previstas por motoristas de transportes de passageiros de plataformas de aplicativos no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 18/2024**, do Deputado Soldado Adriano José, que declara o Festival de Música, Poesia e Concurso Literário de Contos de Paranavaí -FEMUP, como patrimônio de natureza cultural e imaterial do Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 19/2024**, do Deputado Delegado Tito Barichello, que dispõe sobre a isenção de taxa de inscrição em concurso público e processo seletivo às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 20/2024**, do Deputado Delegado Tito Barichello, que assegura às pessoas com deficiência visual o direito de receber de fornecedores de produtos ou serviços e das instituições financeiras, a pedido, os contratos de adesão e demais documentos essenciais para a relação de consumo, com a utilização do sistema braile ou outro formato acessível, no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 21/2024**, do Deputado Alexandre Curi, que concede o título de utilidade pública à Associação União Central Itaperuçu, com sede no município de Itaperuçu; **Autuado sob o n.º 22/2024**, do Deputado Alexandre Curi, que concede o título de utilidade pública à Associação Aeroparque Aldeia da Serra, com sede no município de Palmeira; **Autuado sob o n.º 23/2024**, do Deputado Douglas Fabrício, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Ademilson José Miranda; **Autuado sob o n.º 24/2024**, do Deputado Evandro Araújo, que concede o título de utilidade pública à Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico-FADEC, com sede no município de Maringá; **Autuado sob o n.º 25/2024**, do Deputado Renato Freitas, que dispõe sobre as medidas a serem adotadas após caso de Letalidade, Tortura ou Violência Policial; **Autuado sob o n.º 26/2024**, do Deputado Batatinha, que institui o Dia do Colecionador, a ser comemorado anualmente no dia 17 de agosto; **Autuado sob o n.º 27/2024**, do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, que institui no âmbito do Estado do Paraná o ano do Centenário da Imigração, Colonização e Desenvolvimento Britânico no

Norte Paranaense e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 28/2024**, do Deputado Luís Corti, que estabelece o Dia Estadual da Defesa Civil, a ser comemorado anualmente no dia 29 de dezembro; **Autuado sob o n.º 29/2024**, da Deputada Maria Victória, que denomina “Padre Joseir Sversutti” a Escola do centro Estadual de Educação Profissional de Maringá – CEEP, localizada no Jardim Olímpico, no município de Maringá; **Autuado sob o n.º 30/2024**, da Deputada Maria Victória, que institui o Dia Estadual da Conscientização sobre a Adrenoleucodistrofia; **Autuado sob o n.º 31/2024**, dos Deputados Alexandre Curi e Anibelli Neto, que altera a Lei n.º 18.446, de 12 de fevereiro de 2015, que denomina de “Antônio Eduardo de Brito” o trecho da Rodovia PR-160 que liga os municípios de Imbaú e Reserva; **Autuado sob o n.º 32/2024**, do Deputado Marcel Micheletto, que autoriza o Poder Executivo Estadual a implantar o Programa Jovem Paranaense, que promove fundamentos de finanças e empreendedorismo no âmbito do ensino fundamental e do ensino médio das escolas vinculadas à Secretaria da Educação; **Autuado sob o n.º 33/2024**, do Deputado Douglas Fabrício, que institui a política estadual de redução da poluição visual, além de garantir a prevenção de acidentes causados por cabos e fios de telecomunicações fixados de forma irregular nos postes de energia elétrica; **Autuado sob o n.º 34/2024**, da Deputada Luciana Rafagnin, que institui o alerta imediato do desaparecimento de crianças e adolescentes por meio de disparo de mensagem de texto; **Autuado sob o n.º 35/2024**, do Deputado Delegado Jacovós, que declara de utilidade pública estadual o Instituto Ethnos Brasil, com sede no município de Maringá; **Autuado sob o n.º 36/2024**, do Deputado Requião Filho, que dispõe sobre a criação do selo de cozinha sem glúten no Estado do Paraná e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 37/2024**, do Deputado Requião Filho, que autoriza a criação e implementação de um Chatbot de Inteligência Artificial no Portal da Transparência do Governo do Estado do Paraná, a ser regulamentado e desenvolvido pela Companhia de Tecnologia de Informação e Comunicação do Paraná (Celepar); **Autuado sob o n.º 38/2024**, do Deputado Renato Freitas, que dispõe sobre o uso das Câmeras Corporais por vigilantes privados; **Autuado sob o n.º 39/2024**, do Deputado Ricardo Arruda, que requer o bloqueio ao acesso nas

redes sociais e serviços de *streaming* no âmbito das escolas públicas estaduais do Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 40/2024**, do Deputado Adão Litro, que concede o título de cidadão honorário do Estado do Paraná ao Senhor Antônio Luiz Paranhos Ribeiro Leite de Brito.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta.

Nós temos aqui de forma agrupada todos os Itens da pauta, por serem matérias correlatas. Então, vamos submeter ao voto o Item 1, que é o Projeto de Lei n.º 513/22, o Item 2, que é o Projeto de Lei n.º 531/22, o Item 3, que é o Projeto de Lei n.º 515/23, o Item 4, que é o Projeto de Lei n.º 739/23, e o Item 5, que é o Projeto de Lei n.º 918/23.

ITEM 1 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 513/2022, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que concede o título de utilidade pública à Associação Abas Largas de Borrazópolis, com sede no município de Borrazópolis. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 2 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 531/2022, de autoria dos Deputados Tadeu Veneri e Arilson Chiorato, que concede o título de utilidade pública à Associação de Pequenos Produtores Rurais de Pescadores e Moradores de Itaquí, do município de Guaraqueçaba. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 3 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 515/2023, de autoria do Deputado Marcio Pacheco, que concede o título de utilidade pública ao Centro de Ação Social do Nazareno, com sede no município de Curitiba. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 4 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 739/2023, de autoria do Deputado Reichembach, que concede título de utilidade pública à Associação Santiago Pesca Esportiva, com sede no município de Rio Bonito de Iguaçu. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 5 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 918/2023, de autoria da Deputada Ana Júlia, que concede o título de utilidade pública à Associação dos Rimadores Contraste Social, com sede no município de Curitiba. Parecer favorável da CCJ.

Em discussão. Vamos fazer votação simbólica. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovados.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Tem Requerimentos ou não?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Por serem matérias correlatas, todos os Requerimentos estão sendo atendidos como envio de expediente, e houve um acordo com os líderes e com os autores.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD):

Requerimento n.º 94/2024, do Deputado Renato Freitas, solicitando informações ao Secretário da Saúde do Estado do Paraná, Sr. Carlos Alberto Gebrim Preto, conforme especifica. **Conforme acordo do Líder do Governo com o autor, será encaminhado como expediente.**

Requerimento n.º 95/2024, do Deputado Renato Freitas, solicitando informações ao Ex.^{mo} Coronel Jefferson Silva, Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, conforme especifica. **Conforme acordo do Líder do Governo com o autor, será encaminhado como expediente.**

Requerimento n.º 96/2024, do Deputado Renato Freitas, solicitando informações ao Secretário da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, Sr. Hudson Leôncio Teixeira, conforme especifica. **Conforme acordo do Líder do Governo com o autor, será encaminhado como expediente.**

Requerimento n.º 97/2024, do Deputado Renato Freitas, solicitando informações ao Secretário da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, Sr. Hudson Leôncio Teixeira, com intercessão junto ao Sr. Edwaldo Willis de Carvalho,

Diretor do Complexo Médico Penal, conforme especifica. **Conforme acordo do Líder do Governo com o autor, será encaminhado como expediente.**

Requerimento n.º 100/2024, da Deputada Ana Júlia, solicitando o envio de expediente à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família, conforme especifica. **Conforme acordo do Líder do Governo com a autora, será encaminhado como expediente.**

Requerimento n.º 117/2024, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, requerendo informações sobre as reiteradas interrupções no fornecimento de água potável em bairros do município de Londrina e Região metropolitana, o que tem gerado transtornos à população e ao comércio local. **Conforme acordo do Líder do Governo com o autor, será encaminhado como expediente.**

Requerimento n.º 118/2024, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente ao Secretário da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, requerendo informações acerca do Concurso Público previsto no Edital n.º 002/2024 da Polícia Científica do Estado do Paraná, com vista ao provimento dos cargos de Perito Oficial Criminal 40h e Perito Oficial Criminal 20h do Quadro Próprio dos Peritos Oficiais – QPPO. **Conforme acordo do Líder do Governo com o autor, será encaminhado como expediente.**

Devidamente encaminhados, Deputado Hussein, na forma de expediente.

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimentos n.ºs 54, 57, 61 e 83 a 87/2024, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente à Prefeitura Municipal de Curitiba, requerendo providências para: a garantia de moradias populares dignas às famílias que estão em áreas de ocupação ilegal em Curitiba e não têm onde morar; a instalação de ar-condicionado na frota do transporte coletivo; a troca e modernização das barracas de todas as Feiras Livres de Curitiba e ainda que os próprios feirantes possam participar do processo de modernização, expondo necessidades; a manutenção da iluminação pública da rua Mario Gomes Cezar, no bairro do

Pinheirinho; o recapeamento asfáltico da rua Pedro Dalla Stella, no bairro de Santa Felicidade; a implantação de uma linha de ônibus com itinerário saindo do terminal do Tatuquara ao centro de Curitiba; a contratação de médico geriatra para a Unidade de São Braz; e o recapeamento asfáltico da rua Thomaz David Borges, no bairro Cajuru; **Requerimento n.º 55/2024**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística, Sr. Sandro Alex de Oliveira, e ao Diretor-Geral do DER, Sr. Fernando Furiatti Sabóia, requerendo que seja sinalizada com placa indicativa da denominação a Ponte Governador Leonel Brizola, sobre o Rio Iguaçu, na PR- 82; **Requerimento n.º 56/2024**, da Deputada Maria Victória, solicitando o envio de expediente para a Ex.^{ma} Ministra da Saúde, Sr.^a Nisia Trindade Lima, requerendo a designação de mais doses da vacina contra a dengue ao Estado do Paraná; **Requerimento n.º 58/2024**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente à Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, requerendo informações e providências considerando as reclamações dos munícipes de Guaratuba relativas à qualidade de água e aos relatos de choques elétricos durante os banhos; **Requerimento n.º 59/2024**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente ao Governo do Estado do Paraná, encaminhando solicitação de contribuinte para a manutenção da isenção do IPVA para veículos elétricos; **Requerimento n.º 60/2024**, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando o envio de expediente para o Ex.^{mo} Sr. Diretor-Presidente do DER/PR requerendo a abertura de terceira pista na PR-317, no sentido Jesuítas - Formosa do Oeste; **Requerimento n.º 62/2024**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente à Ministra de Estado da Saúde, Sr.^a. Nísia Verônica Trindade Lima, requerendo providências imediatas para a disponibilização da caneta autoinjetável de adrenalina pelo Sistema Único de Saúde - SUS, para fins de medicação emergencial para conter reações anafiláticas; **Requerimento n.º 63/2024**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente ao Governo do Estado do Paraná, encaminhando o pedido do Conselho Regional de Medicina - CRM/PR requerendo aumento do valor das Bolsas de Residência dos médicos vinculados ao Estado do Paraná; **Requerimento n.º 64/2024**, do

Deputado Douglas Fabrício, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Educação, Sr. Roni Miranda, requerendo que sejam adotadas vestimentas alternativas, tais como camisetas e bermudas, nos Colégios Cívico Militares do Estado, visto as altas temperaturas registradas; **Requerimentos n.ºs 65, 68 e 69/2024**, da Deputada Cantora Mara Lima, solicitando o registro e o envio de menção honrosa: ao Sr. Daniel Sales Acioli; à Assembleia de Deus em Quatro Barras; aos membros da União da Mocidade da Assembleia de Deus em Curitiba – UMADC; **Requerimento n.º 66/2024**, do Deputado Arilson Chiorato, requerendo o envio de expediente para o Ex.^{mo} Sr. Ministro da Justiça e Segurança Pública e ao Diretor-Geral da Polícia Federal, conforme especifica; **Requerimento n.º 67/2024**, do Deputado Arilson Chiorato, requerendo o envio de expediente para o Superintendente Regional Norte do DER/PR, conforme especifica; **Requerimento n.º 70/2024**, do Deputado Luís Corti, solicitando o envio de expediente ao Secretário da Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná, Sr. Sandro Alex, requerendo a criação de novos segmentos com terceiras faixas na PR-475, tendo início na Usina do salto Osório e finalizando os seguimentos de terceiras faixas na sede do Distrito de Doutor Antônio Paranhos, entre os municípios de Quedas do Iguaçu e São Jorge D'Oeste; **Requerimento n.º 71/2024**, do Deputado Evandro Araújo, solicitando o envio de expediente ao Diretor-Geral do DER/PR, conforme especifica; **Requerimento n.º 72/2024**, do Deputado Evandro Araújo, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Fazenda, Sr. Renê de Oliveira Garcia Junior, requerendo a atualização do valor do bem imóvel para a concessão de isenção parcial do ICMS; **Requerimento n.º 73/2024**, do Deputado Evandro Araújo, solicitando o envio de expediente ao Secretário da Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná, Sr. Sandro Alex Cruz de Oliveira, requerendo cópia do acordo de cooperação técnica formalizado em 30 de janeiro de 2024; **Requerimento n.º 74/2024**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de expediente ao Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra, Sr. Everton Luiz da Costa Souza, requerendo parceria institucional entre o IAT e o município de Araruna para a implantação de poços artesianos nas comunidades rurais de São Vicente e Água do Ailhema; **Requerimento n.º 75/2024**, do Deputado Cobra

Repórter, solicitando o envio de expediente aos Sr^s Governador do Estado e Secretário e Estado da Saúde sugerindo que, além das ações ordinárias e combate à Dengue, como vacinação e combates à proliferação de mosquitos, promova urgentemente a realização de ampla campanha para a divulgação em todos os meios de comunicação, de instrução para a fabricação caseira de repelentes, estabelecendo também a distribuição gratuita de repelentes para a população dos municípios mais atingidos pela epidemia de Dengue no Estado do Paraná; **Requerimento n.º 76/2024**, da Deputada Maria Victória, solicitando o envio de votos de congratulações ao Sr. Ágide Meneguette, pela reeleição na Presidência da Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP, em eleição ocorrida em 29 de janeiro de 2024, para o triênio 2024/2027; **Requerimento n.º 77/2024**, da Deputada Maria Victória, solicitando o registro e o envio de Moção de Apoio à Federação Israelita do Paraná - FEIPR, à Confederação Israelita do Brasil - CONIB e à Embaixada de Israel no Brasil; **Requerimento n.º 78/2024**, do Deputado Luís Corti, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado, requerendo a criação de uma Companhia Independente da Polícia Militar do município de Dois Vizinhos/Pr; **Requerimento n.º 79/2024**, do Deputado Batatinha, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, requerendo ampliação no Colégio Estadual Cívico Militar Santos Dumont, no município de Cascavel; **Requerimento n.º 80/2024**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Tenente-Coronel QOPM Sérgio Vieira Benício, ocorrido no dia 31 de janeiro de 2024; **Requerimento n.º 81/2024**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente às Secretarias de Estado de Segurança Pública e Saúde do Paraná, assim como ao Tribunal de Justiça do Estado, sugerindo a integração entre todas as medidas protetivas deferidas em favor de menores de idade; **Requerimento n.º 82/2024**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente ao Governo do Estado do Paraná, requerendo providências urgentes para a manutenção da PR-511 no trecho que liga os municípios de Quitandinha, Araucária e Contenda; **Requerimento n.º 88/2024**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente ao Governo do Estado do Paraná, requerendo a

reativação da Feira Internacional da Indústria e Agropecuária - EXPOTIBA; **Requerimento n.º 89/2024**, do Deputado Fábio Oliveira, solicitando o registro e o envio de menção honrosa ao Instituto de Engenharia do Paraná - IEP; **Requerimento n.º 90/2024**, da Deputada Maria Victória, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa à artista plástica Simone Campos, em reconhecimento à sua trajetória artística de sucesso; **Requerimento n.º 91/2024**, da Deputada Luciana Rafagnin, solicitando o envio de expediente à Secretaria de Saúde do Estado do Paraná (SESA), requerendo informações acerca dos partos realizados no Estado; **Requerimento n.º 98/2024**, dos Deputados Gugu Bueno, Márcia Huçulak, Luiz Fernando Guerra, Bazana, Alexandre Amaro, Batatinha, Professor Lemos, Hussein Bakri, Luís Corti, Cloara Pinheiro, Flávia Francischini, Marcel Micheletto, Márcio Pacheco e Gilberto Ribeiro, requerendo a constituição da Frente Parlamentar do Segmento de Materiais de Construção na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; **Requerimentos n.ºs 102 a 107 e 109 a 111/2024**, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando o envio de votos de congratulações aos municípios de: Manoel Ribas; Laranjal; Sulina; Guaporema; Fazenda Rio Grande; Pitanga; Piraquara; Mato Rico; Balsa Nova; **Requerimento n.º 112/2024**, do Deputado Batatinha, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, requerendo gestões para a desafetação do trecho da Rua Epiphania Abreu de Figueiredo, bairro Canadá, no município de Cascavel, a transferência do domínio ao município de Cascavel; **Requerimento n.º 114/2024**, do Deputado Renato Freitas, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado, com vista à intercessão junto ao Ex.^{mo} Sr. Hudson Leôncio Teixeira, Secretário da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, e ao Diretor-Geral do DEPPEN, Sr. Osvaldo Messias Machado, a fim de pedir providências acerca de denúncia recebida sobre o Complexo Médico Penal; **Requerimento n.º 115/2024**, do Deputado Renato Freitas, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado, com vista à intercessão junto ao Ex.^{mo} Sr. Hudson Leôncio Teixeira, Secretário da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, a fim de requerer que se acate a Recomendação n.º 1, de 19 de janeiro de 2024, do

Ministério da Justiça e Segurança Pública do Governo Federal; **Requerimento n.º 120/2024**, do Deputado Goura, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Infraestrutura e Logística, Sr. Sandro Alex, requerendo abertura de diálogo sobre o pedágio na Lapa/PR; **Requerimento n.º 121/2024**, do Deputado Goura, solicitando registro e o envio de menção honrosa para a Sr.^a Elizete Pinto dos Santos (Bete), por seu trabalho de excelência na defesa dos interesses da categoria de ambulantes livres na cidade de Curitiba; **Requerimento n.º 123/2024**, do Deputado Tiago Bühner, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado, requerendo a estadualização e pavimentação da estrada de Agudos do Sul/PR a Campo Alegre/SC.

Requerimentos com despacho do Presidente.

Ao Cerimonial, à Diretoria-Geral e a Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 99/2024**, dos Deputados Luiz Fernando Guerra e Do Carmo, requerendo o uso do horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 26 de fevereiro de 2024, para a entrega de menção honrosa ao Sr. Gabriel Casagrande, bi-campeão de Stock Car, nascido em Pato Branco; **Requerimento n.º 108/2024**, da Deputada Mabel Canto, requerendo o uso do horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 4 de março de 2024, para a entrega do Prêmio Rosy de Macedo Pinheiro Lima, conforme Resolução n.º 2, de 7 de março de 2023, desta Casa de Leis; **Requerimento n.º 122/2024**, da Deputada Márcia Huçulak e do Deputado Luiz Claudio Romanelli, requerendo o uso do horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 19 de fevereiro de 2024, para ouvir o Sr. Rafael Valdomiro Greca de Macedo, a convite da Deputada Márcia Huçulak, para dispor sobre os 40 anos do serviço de atendimento ao cidadão - “Central 156”.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 101/2024**, do Deputado Gugu Bueno, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n.º 642/2021; **Requerimento n.º 116/2024**, do Deputado Paulo Gomes e demais Parlamentares, requerendo a inclusão como coautores do Projeto de Lei n.º 1055/2023 os Deputados Delegado Tito Barichello, Luis Corti, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato,

Delegado Jacovós, Cobra Repórter, Requião Filho, Goura, Cristina Silvestri, Batatinha, Tercílio Turini, Soldado Adriano José, Cantora Mara Lima, Mabel Canto, Luiz Fernando Guerra, Renato Freitas, Matheus Vermelho, Ana Julia, Gugu Bueno e Márcio Pacheco; **Requerimento n.º 126/2024**, do Deputado Delegado Tito Barichello, requerendo o arquivamento do Projeto de Lei n.º 16/2023, de sua autoria; **Requerimento n.º 119/2024**, do Deputado Nelson Justus, requerendo a autorização para se ausentar do País no período de 5 a 9 de fevereiro de 2024, para tratar de assuntos particulares, sem ônus para o Poder Legislativo.

Justificativas de ausência.

Deferido conforme o inciso IV, do art. 168 do Regimento Interno: **Requerimento n.º 113/2024**, do Deputado Gilson de Souza, requerendo prorrogação da licença por interesse particular, no período de 5 a 8 de fevereiro de 2024.

Deferidos conforme o art. 97, § 3º, II do Regimento Interno (em decorrência de viagem para acompanhar o Governador do Estado): **Requerimento n.º 124/2024**, do Deputado Batatinha, apresentando justificativa de ausência na sessão plenária do dia 6 de fevereiro de 2024; **Requerimento n.º 125/2024**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, apresentando justificativa de ausência na sessão plenária dos dias 6 e 7 de fevereiro de 2024; **Requerimento n.º 127/2024**, do Deputado Luiz Corti, apresentando justificativa de ausência na sessão plenária do dia 6 de fevereiro de 2024.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando outra já de imediato, antecipada de quarta-feira, conforme a **Ordem do Dia** já disponibilizada: 2.^a Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 513/2022, 531/2022, 515/2023, 739/2023 e 918/2023; e 1.^a Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 358/2023 e 696/2023. E gostaria de aproveitar o momento, porque tem muitos Deputados fazendo perguntas se as Sessões serão sempre antecipadas. Não, estamos antecipando essa Sessão em função do Show Rural. A partir da próxima Sessão, todas elas

serão normais nas quartas-feiras. Peço que todos registrem presença, por favor. A sessão na quarta-feira é pela manhã, nas quartas-feiras pela manhã.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h30, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)